

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - Medicamentos		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0290/00	DATA: 12/04/00
INÍCIO: 14h25min	TÉRMINO: 19h18min	DURAÇÃO: 4h33min
PÁGINAS : 101	QUARTOS: 26	
REVISORES: ANTONIO, MADALENA, PAULO S., ROSA ARAGÃO, VICTOR		
CONCATENAÇÃO: ANDREA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Representante da Abbott Laboratórios do Brasil. THOMAS ENGELAN - Presidente da Akzo Nobel. JAVIER CANTARELL - Diretor da Área Farmacêutica do Laboratório Bayer. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Diretor e representante legal do Laboratório Boehringer. WALTER RICCA JÚNIOR - Diretor de Assuntos Corporativos e Jurídicos do Laboratório Bristol-Myers Squibb. CARLOS BARA - Presidente da Aventis Behring (Centeon). JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Diretor da Eli Lilly do Brasil.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ininteligíveis. A grafia dos nomes abaixo não foi confirmada: Ritonalir - Pág. 9. Pauleto - Pág. 32. Benfam - Pág. 54. Aquinol - Pág. 63. Parazicoantel - Pág. 63 Amid - Pág. 95. Alcazelzer - Pág. 100.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 47ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião 46ª a todos os membros presentes, consulto sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura, a ata está em discussão. *(Pausa.)* Não havendo quem queira discuti-la, está em votação. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada. Comunico que nós recebemos cartas dos... Esta reunião se destina a ouvir depoimentos dos Srs. Irapuan Maurício de Oliveira, do Laboratório Abbott; do Laboratório Akzo Nobel; do Laboratório Bayer; do Laboratório Boehringer; do Laboratório Bristol-Myers Squibb; do Laboratório Aventis Behring; e do Laboratório Eli Lilly do Brasil. Comunico que recebemos os seguintes expedientes: carta do Laboratório Abbott, indicando o Sr. Irapuan Maurício de Oliveira para representar o Laboratório, tendo em vista que o Sr. Michael Schlenk assumiu a direção da empresa em data posterior aos eventos investigados pela CPI e estará ausente do País a partir do dia 10, atendendo a compromissos anteriormente assumidos; carta da Bayer, informando que o Presidente da empresa, Sr. Helge Karsten Reimelt, encontra-se na Alemanha, e indica o Sr. Javier Cantarell, Diretor da Área Farmacêutica, para representá-lo; carta do Laboratório Boehringer Ingelheim, informando que o Sr. Alberto Ros ainda não foi nomeado Presidente da empresa no respectivo estatuto social, e indica o Diretor, Sr. Marcelo Moojen Epperlein, para representá-lo; carta do Presidente do Laboratório Bristol-Myers Squibb, Sr. André Attanásio, informando que estará viajando à Argentina, no período de 10 a 13, bem como indica o Sr. Walter Ricca Júnior, Diretor de Assuntos Corporativos e Jurídicos, para representá-lo; e carta do Laboratório Eli Lilly, informando que o Presidente, Sr. Jacques Tapiero, assumiu recentemente a Presidência da afiliada Eli Lilly da França, onde atualmente se encontra, e indica o seu Diretor, Sr. João Augusto M. de Vasconcellos, para atender à convocação desta CPI. Há outros expedientes também, que eu deixarei de ler, porque considero que temos que começar a reunião, mas há um que eu gostaria de dar ciência aos Srs. Deputados, que é do Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador da República, indicando os Procuradores Humberto Jacques de Medeiros e Luiz Fernando Bezerra Viana, lotados na

Procuradoria do Distrito Federal, para acompanharem, como representantes do Ministério Público, esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Os dois se encontram já presentes aqui (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em vista de ter sido convocada uma sessão extraordinária com Ordem do Dia para esta tarde, eu gostaria de saber de V.Exa. qual será o procedimento para nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu consultei o Presidente da Casa, tendo em vista que nós fomos tomados de surpresa por esta convocação extraordinária, e a idéia seria nós fazermos... trabalharmos até as 4 horas e, talvez, suspendermos a sessão por um período, pra votar, e imediatamente retomarmos os trabalhos, até concluir. Acho que seria o melhor caminho, mas... entendeu? entendeu?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, fazer dois comunicados a V.Exa. e, depois, fazer uma... uma questão pra V.Exa. decidir. A Comissão está indo... a CPI está indo a Fortaleza e Recife, na segunda-feira. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco, foi criada uma Comissão Especial para discutir a questão dos remédios, dos medicamentos. E eu recebi uma solicitação do Deputado Sérgio Leite, que é Presidente daquela Comissão, em dois sentidos, Sr. Presidente. E, aliás, também é uma solicitação do ex-Deputado Federal Humberto Costa, que nós pudéssemos, na segunda-feira, quando formos visitar o LAFEPE, ter conosco os representantes, os Deputados Estaduais representantes da Comissão nos acompanhando, até pra que eles possam acompanhar este trabalho. Segundo, é que nós, após a visita ao LAFEPE, pudéssemos ouvir na própria Assembléia, ou num local que V.Exa. designar, representantes das famílias que foram vitimadas pelo soro Indomed, que estão em processo de... em pedido de indenização por este... por aquela situação, e foi por má qualidade dos medicamentos. Então, eles pedem que possam ser ouvidos por esta CPI lá mesmo em... em Recife. Poderia ser após. Eu estou apresentando dois

requerimentos nesse sentido, pra oficializar. Gostaria que V.Exa. pudesse votá-los amanhã. Segundo, Sr. Presidente, eu quero uma informação de V.Exa. Quero ainda fazer uma informação a V.Exa., por questão até de lealdade e respeito ao cargo de V.Exa. Eu estou defendendo e estou propondo oficialmente a prorrogação, por mais um período, da CPI. Estou coletando assinaturas nesse sentido. Vou justificar esse pedido e apresentarei a V.Exa. ainda, se possível, amanhã, ou, no mais tardar, na segunda-feira. Terceira... terceira coisa: com relação... Há uma decisão que eu queria que V.Exa. me informasse de que serão analisados os sigilos bancário, fiscal e telefônico dos laboratórios por amostragem. Eu não participei de nenhuma decisão nesse sentido e fui informado que essa decisão teria sido tomada numa reunião interna da CPI, que eu, portanto, não sabia da pauta. Se isso for confirmado, eu quero fazer um recurso ao Plenário da CPI, pra rever esta posição. E por fim, Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa.... propor a V.Exa. que nós suspendamos a audiência de hoje. E justifico: são sete depoimentos. Os sete depoimentos sobre questão de preços, de formação de cartel, de importação e exportação... É absolutamente impossível, em uma hora e meia, nós termos condições, mesmo que a melhor das hipóteses seja às 4 horas nós estarmos suspendendo a sessão e, depois, nós não vamos ter condições de retornar, por uma razão muito simples: nós vamos estar em votação e, em seguida, vamos estar em sessão do Congresso pra votar o Orçamento. E, pelo que me consta, vários dos dirigentes dos laboratórios se ausentaram exatamente nesta data e poderão estar retornando semana que vem. E eu quero propor, então, um adiamento desta sessão de depoimentos para a semana que vem, ou pra sexta-feira, ou pra terça-feira, quarta-feira, pra que nós possamos fazer uma tomada de depoimentos condizente com a expectativa que essa CPI tem dos depoimentos dos representantes dos laboratórios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Eu pedi a palavra por essa última questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se é pra contestar... Senão, eu vou decidir a questão. Se é pra contestar, tem direito V.Exa. à palavra.

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Não, eu acho o seguinte: já todos estão aqui. Eu acho que o tempo que nós precisamos... Se for pra ir à noite,

nós vamos. Eu acho que o importante é, até como consideração com todos, que vieram de longe, pra... pra... Eu acho nós que temos... Nem que nós tivermos de nos ausentar um período e voltar... Eu acho que seria até falta de consideração com as pessoas que vieram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bem, obrigado, Deputado. Eu passo a decidir a questão. Primeiro, ainda tá prevista a saída realmente, ao Ceará e a Pernambuco. Segundo, eu não vejo nenhum problema em nós convivemos, os Deputados que fazem parte, pra nos acompanhar nessas visitas. Creio que é uma coisa normal, entendeu? Terceiro, quanto a esta sessão de encontro com essas pessoas, também não vejo problema, mas vou ouvir o Relator...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concorde. Não tem problema nenhum, entendeu? Agora, quanto ao problema, nós... eu quero prestar os seguintes esclarecimentos: nós conseguimos montar uma Assessoria e, naquela reunião que nós tivemos interna, mas foi plenário, porque tinha doze ou quinze Deputados presentes, o pessoal da equipe mostrou que era mais... mais adequado... mais adequado que a gente fizesse uma amostragem por dois laboratórios. Eu sugeri que tivéssemos um terceiro critério, que seria um terceiro, e foi aprovado. Quer dizer, o laboratório de mais lucro, o laboratório de menos lucro e um grande nacional — os três. Estamos montando uma agência nos mesmos moldes da CPI do Narcotráfico, com pessoal do Banco do Brasil, pessoal do Ministério da Fazenda, pessoal do Tribunal de Contas, pessoal do banco... do PRODAEN, pessoal do Orçamento, que é quem mais ou menos lidera, da Câmara, pessoal do Ministério da Saúde, pessoal da Agência de Vigilância Sanitária. E, hoje, esses trabalhos passam a ser acompanhados... Também tem gente da... da Polícia Federal acompanhando e, hoje, também Procuradores da República. Então, nós entendemos que se tinha que começar por algum lugar. Tinha-se que começar, sem que isto possa ser estendido a todos os outros. É que, concomitantemente... era preciso, primeiro, pegar alguns, quer dizer, sem prejuízo do trabalho que tá se fazendo no... claro, pra iniciar, não há nenhuma exclusão dos demais. É pra iniciar o trabalho, pra que o pessoal se familiarize com esses assuntos e tal e pegue a tecnologia, compreende? Depois, a gente pode ir a todos, se for o caso. Não há nenhuma exclusão e quem vai decidir será a CPI

oportunamente, entendeu? Essas decisões eu não tomo. Sabem das precauções minhas em quebrar o sigilo, mas agora, que esses dados estão aí, se houver alguma coisa nesses dados, vão sair essas coisas, não tenham a menor dúvida. Não será por omissão do Presidente. Agora, sem prejuízo das planilhas de custos do preço e do subfaturamento, que são... e do controle fiscal, da quebra de sigilo fiscal, que são outros departamentos que também estão atuando e que eles podem, a qualquer momento, se comunicarem, mas são departamentos que estão funcionando. Aliás, sobre isso, alguns dados eu pedi pra Assessoria distribuírem aos Srs. Deputados, algumas constatações. Bom, resolvidas as questões de ordem, passemos à...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pela ordem, só pra fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu só quero que me compreendam a necessidade que temos de começar. Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu já poderia ter feito o registro. Apenas pra registrar a presença, Sr. Presidente, entre nós, da Deputada Alice Portugal, Deputada Estadual pelo Estado da Bahia, que aqui está trazendo um dossiê sobre o laboratório público do Estado da Bahia, que infelizmente fechou algum tempo atrás. Em seguida a esta reunião, teremos a oportunidade de termos uma conversa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Obrigado. Eu... quanto à suspensão dos trabalhos de hoje, que o Deputado Geraldo Magela propôs, eu considero que... que não é oportuno. Nós mobilizamos, pra essa reunião. Se nós não chegarmos ao nosso objetivo de ouvir e dos Deputados questionarem, nós poderemos marcar uma outra reunião, e eu sou companheiro até pra marcar na sexta-feira ou coisa parecida. O que nós estamos vendo é que não é por culpa da CPI. São os trabalhos de plenário que estão nos tomando um pouco.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sempre aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Passamos, portanto... Convido o Sr. Irapuan Maurício de Oliveira, representante do laboratório Abbott, para que tome assento à Mesa, pras pessoas poderem identificar. Logo, eu convido o Sr. Dr. Thomas Engelen, do Laboratório Akzo Nobel; Dr. Javier Cantarell, Diretor da Área Farmacêutica do Laboratório Bayer. Onde anda esse senhor? Sr. Javier Cantarell. O Dr. Marcelo Moojen Epperlein, representante do Boehringer Ingelheim;

o Dr. Walter Ricca Júnior, Diretor de Assuntos Corporativos e Jurídicos do Laboratório Bristol-Myers Squibb; o Dr. Carlos Bara, Presidente da Aventis Behring (Centeon). Parabéns pro Dr. Bara, que tá vindo da quinta, né?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o Dr. João Augusto de Vasconcellos, Diretor da Eli Lilly. Eu espero não fazer confusão depois aqui.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Quantos têm aí?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - *(Inaudível.)* Só o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sete. *(Ininteligível)* todo mundo. Onde é que vai ficar o Dr. Vasconcellos? Se tiver uma... uma... Eu queria pedir à Assessoria que se pudesse botar uma plaquinha, pra identificar, tá bom?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já colocou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ótimo. Então, tá excelente. Tá bom. Muito bem. Os senhores sabem: esta reunião... Os senhores estão sendo convocados aqui pra prestar esclarecimentos sobre duas, três ou quatro coisas, mas especificamente sobre uma reunião de São Paulo na qual representantes destes laboratórios teriam estabelecido um programa de oposição e de eu diria de desmoralização dos genéricos, o que seria crime, pela lei, porque seria eliminar a concorrência. Os senhores estão aqui também convidados pra prestar esclarecimento sobre preços de remédios do Brasil, que é a razão desta CPI e que estão muito caros — há uma unanimidade nacional. Talvez sejam os senhores os primeiros a divergirem, se é que irão divergir, mas há uma unanimidade nacional que os preços estão caros. Então, os senhores terão direito... Eu queria propor que nós abrissemos um espaço de dez minutos ou... estão me fazendo sinal de cinco minutos, prorrogáveis, se necessário, para os esclarecimentos, porque tem havido pessoas que nem desejam debater muito. Mas os esclarecimentos necessários que os senhores tenham a dizer no começo. Eu diria até dez minutos, no máximo — entendeu? —, para que cada um expusesse. Não é necessário usar esse tempo e, logo depois, nós passaríamos às inquirições, a serem feitas pelos Srs. Deputados, na forma regimental. Se estiverem de acordo com isso, quem quiser usar cinco, nós agradecemos, porque isso anteciparia o trabalho, sem que represente, essa redução de tempo, cerceamento aos esclarecimentos que considerarem importante sobre esta matéria da...

Absolutamente, porque eu vou me tomar até a liberdade de interrompê-los, se alguém vier me falar aqui na estrutura da empresa, como funciona, que isso não é o caso. Isso aí, quem pode se interessar é o Ministério do Desenvolvimento, interesse nacional, mas esta Comissão não foi feita pra isso, porque já houve duas distribuidoras que ocuparam aqui o tempo exatamente pra nos mostrar a estrutura, e o que nós estamos querendo saber é preço, são essas coisas. De forma que começamos, desde logo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem. Aquele questionário que foi enviado anteriormente a cada um dos laboratórios, eu não sei se foi disponibilizado pra hoje, mas a intenção, quando propusemos, era exatamente que, a partir daquelas respostas, pudéssemos eventualmente aprofundar aqui hoje. Não sei se tá disponibilizado ou não. Eu gostaria de solicitar de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu peço à Assessoria que, se tiverem essas respostas, com o devido... algumas estão catalogadas como sigilosas. Os Deputados têm acesso a elas. Mas a Assessoria fez chegar às mãos de V.Exa. um documento?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tem vários aqui. Por isso que tô perguntando. Eu não encontrei aqui aquilo que seriam as respostas — pode ser falha minha — dos laboratórios frente àquelas perguntas que foram formuladas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que o Weder... O Weder está separando algum material, que vai distribuir pros Srs. Deputados. É esse material, não? Eu também tenho dificuldade de distribuir cópia de informações sigilosas, Deputado, hoje... Hein?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Teria. Hoje, teria. Agora, tem esses estudos, aí. Essas cópias estão à disposição de V.Exa., porque eu não posso distribuir cópia, porque aí eu... eu assumiria um risco que eu não desejo fazê-lo, Deputado. Então, eu peço ao Weder que dê uma informação a V.Exa., tá?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deixa eu explicar a V.Exa. Pelo que eu entendi, a documentação que, creio, será distribuída, ressalvado o sigilo, são decorrentes daquilo que foi um trabalho de prospecção que a Assessoria fez.

Este que talvez a Assessoria não tenha compreendido — V.Exa. já compreendeu — são as respostas que foram dadas a partir das perguntas formuladas a partir daquela reunião de trabalho. Eu não sei se houve as respostas e se elas foram catalogadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não foram.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não vieram as respostas? Então, eu tô fazendo a questão agora. Porque nós tínhamos...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - (*Inaudível.*) ... os estudos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, o Sr. Relator não tá se lembrando, mas nós tínhamos a preocupação de que, ao dar a palavra, por pouco tempo, os representantes não teriam tempo para expor.

Se eles tivessem muito tempo, inviabilizariam porque são sete. Por isso, a proposta foi de se fazer perguntas e que os laboratórios responderiam a essa. Quero saber do Sr. Relator que está... quero saber onde é que está para que eu possa dar uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o problema é que eles têm esse questionamento e eles certamente irão se basear por isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas a pergunta que eu faço é: eles mandaram a resposta ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não mas o pedido não era de resposta; a resposta é deles hoje agora e aqui.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Para orientar. Não, exato. Não mandaram por escrito nada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não mandaram, nem foi pedido. Agora é que está...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, OK.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, tem a palavra o nobre Dr. Irapuan Maurício de Oliveira, representante do Abbott Laboratórios do Brasil.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu queria me apresentar. Tenho 22 anos como Diretor do Abbott e a maioria desse tempo como porta-voz oficial da empresa. Por isso, estou a representando oficialmente aqui nesta data. Esse é o entendimento de nosso Presidente. A Abbott é uma empresa mundial, totalmente dedicada à pesquisa ética e seguidora de toda a legislação vigente

existente no País. Nós estamos profundamente comprometidos com a qualidade e com a ética. No sentido de pesquisa, estamos gastando, investindo, um bilhão de dólares, ou aproximadamente dois bilhões de reais, por ano, no desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias. Somos, também, a empresa considerada uma das maiores patrocinadoras de programas educativos no que se refere a AIDS. No Brasil, por exemplo, estamos lado a lado com o Ministério da Saúde no programa de AIDS, nos seus projetos de prevenção, adesão e tratamento. E estamos doando anualmente um milhão de dólares no produto Ritonavir(?). Atualmente estamos desenvolvendo, em termos de pesquisas, estamos em fase final de aprovação, de um inibidor da protease de segunda geração, o ABB-378, que já está em fase de aprovação pelo FBI e pelo EMEA e esse... trinta vezes, até 30 vezes mais potente esse produto do que os tratamentos hoje em dia disponíveis, com uma facilidade de tomadas-dias já que diminui o número de doses-dia e também com menos efeitos colaterais. Somos a 27ª empresa industrial farmacêutica no mercado. Empregamos mil funcionários e os nossos produtos são aplicáveis às mais diferentes indicações terapêuticas, mas não temos liderança nenhuma das classes. Para iniciar, era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao senhor. Tem a palavra o Dr. Thomas, Presidente da Akzo Nobel.

O SR. THOMAS ENGELAN - Akzo Nobel Divisão Organon já está aqui no País por sessentas anos. Nós estamos corrigindo a maioria das produtos já durante quarentas anos aqui no País e nós temos um preocupação grande de qualidade e também de dar educação para povo brasileiro. Temos também, importantíssimo, um programa para trazer aqui no Brasil pesquisa, pesquisa clínica que até hoje, dentre órgão mundialmente, somente foi feito no Japão, Estados Unidos e na Holanda. Isso se chama fase I, fase II, fase III e fase IV de pesquisa e nós estamos a fazer isso desde o início desse ano também aqui no Brasil. Eu não vou pedir muito tempo de vocês para explicar muito mais coisas, mas gostaria também pedir desculpas para o português que claramente, às vezes, pode ser um pouco diferente o português de estrangeiros. Se fosse ter um pouco de paciência nesse sentido, eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Thomas. Com a palavra o Dr. Javier Cantarell.

O SR. JAVIER CANTARELL - Exm^o Sr. Presidente, Exm^{os} Srs. Deputados membros desta CPI, como responsável de la area farmacêutica da Bayer, em primeiro lugar, gostaria falar que estoy representando ao Sr. Reimelt...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se quiser pegar o...

O SR. JAVIER CANTARELL - ...estou representando o nosso Presidente, Sr. Reimelt, que se encuentra, en estes momentos, na Alemanha, en una reunião do Conselho de Administração junto com o Conselho Mundial da Bayer. E uno de los temas que están sendo tratados lá son investimentos, entre eles investimentos no Brasil, con lo qual achamos realmente importante que o Sr. Reimelt estivesse en nessa reunião e fosse representado por mim. Também comentar que a Bayer tem una característica que es una empresa multifuncional e multidivisional. Es decir, non solamente actuamos en el área de produtos farmacêuticos senão também em outras várias divisões, começando por borrachas, plásticos, produtos fitossanitários, produtos agrícolas etc. No total, são dez áreas, dez divisões, e el área de produtos farmacêuticos representa 12% del faturamento total da Bayer no Brasil. Doze por cento. A Bayer está no Brasil desde 102 anos, completamos cem anos el ano 96. El início da produção local de medicamentos da Bayer foi em Rio de Janeiro, ano 1921, e en la atualidade o número de funcionários em dezembro de 1999 era de 2.245, dos quais 340 aproximadamente correspondem à área de produtos farmacêuticos. Los investimentos do grupo Bayer nos últimos cinco anos, del ano 95 a 99, foram al total do grupo de 276 milhões de dólares e destes el área farmacêutica investiu trinta milhões. En el **ranking** das empresas farmacêuticas no Brasil, el área farmacêutica ocupa a 24^a posição, com uma participação de mercado de 1,6%. *Eso es todo.* Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. Marcelo Moojen, Diretor e representante legal da Boehringer.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Nelson Marchezan, Sr. Relator Deputado Ney Lopes, Srs. Deputados, eu gostaria de esclarecer que além do fato do nosso Diretor-Geral ainda não estar oficialmente designado como representante oficial da empresa, eu já trabalho há oito anos na Boehringer Ingelheim, como Diretor Financeiro também já atuo há três anos, e acredito que estou apto a responder às perguntas que os senhores tenham. A Boehringer é uma empresa com mais de um século de história no mercado farmacêutico trabalhando sempre com base em

princípios éticos para a saúde pública. Nós estamos no Brasil desde 1956, somos a quarta empresa em unidades e a oitava em faturamentos. Empregamos 1.300 funcionários e no período de 94 a 99 investimos 116 milhões de reais na nossa fábrica em Itapequerica da Serra, onde produzimos 84% dos produtos vendidos aqui no Brasil. Nós também exportamos para o MERCOSUL cerca de 11,6 milhões de reais por ano, trazendo divisas para o Brasil. Nós investimos fortemente no treinamento dos nossos funcionários, em projetos sociais e também no meio ambiente.

Eu gostaria, também, de aproveitar um convite, é... do nosso diretor industrial de visitar a nossa fábrica de Itapequerica da Serra que, hoje, é a segunda maior fábrica do grupo, em termos de unidades. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Marcelo. Com a palavra o Dr. Walter Ricca Júnior, Presidente, Diretor de Assuntos Cooperativos, Jurídicos do Laboratório Bristol.

O SR. WALTER RICA JÚNIOR - Exmo. Sr. Presidente e Sr. Relator, Srs. Deputados, a Bristol-Myers Squibb comparece nesta tarde, perante esta Comissão, no sentido de colaborar com os trabalhos que estão sendo desenvolvidos, poder prestar os esclarecimentos que sejam necessários, embora não se faça representar neste momento pelo seu gerente geral da área farmacêutica que está em viagem e nos solicitou que aqui estivéssemos para colaborar da melhor maneira possível. A Bristol-Myers Squibb, que está no Brasil há mais de 50 anos, é uma empresa basicamente voltada para produtos de pesquisa, possui 1.415 empregados, quatro linhas de produtos, os produtos chamados farmacêuticos, os nutricionais, cosméticos e os insumos hospitalares. É uma empresa preocupada com o desenvolvimento de novos produtos, novas terapias. E, mais uma vez para não nos estendermos, me coloco à disposição para quaisquer perguntas necessárias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Walter. Com a palavra o Dr. Carlos Bara, Presidente da Aventis Behring — Centeon.

O SR. CARLOS BARA - Exmo. Sr. Deputado Nelson Marchezan, Presidente da CPI de Medicamentos; Exmo. Sr. Deputado Ney Lopes, Relator da CPI; Exmos. Srs. Deputados, membros dessa Comissão; demais presentes. Meu nome é Carlos Bara e eu sou o Presidente da Centeon Farmacêutica Ltda. Como brasileiro, em primeiro lugar, gostaria de me... de manifestar meu total apoio aos trabalhos desta

Comissão e, também, de agradecer esta oportunidade de prestar esclarecimentos sobre nossa empresa. A Centeon foi criada em 1996, quando os Grupos Hoechst e Rhône-Poulenc se associaram para a realização desse investimento, com a participação de cada grupo em 50% do capital. Dedicamos-nos exclusivamente ao ramo de produtos biotecnológicos derivados do plasma humano. Em janeiro de 2000, a Centeon alterou sua denominação social para Aventis Behring. O nome "Behring" é uma homenagem ao nosso fundador, o Dr. Emil von Behring, pioneiro nos processos de fracionamento de plasma e ganhador do primeiro Prêmio Nobel de Medicina em 1901. O nome "Aventis", veio para uniformizar a denominação, face à associação ocorrida entre os grupos Hoechst e Rhône-Poulenc, nas áreas das Ciências da Vida, ocorrida no final de 1999. Observe-se que a associação entre os dois grupos, que se deu em 99, em nada alterou em relação à Centeon, cujas atividades na área de produtos biológicos iniciaram em 1996. Ainda que hoje pertencentes ao mesmo grupo, cada empresa tem gestão absolutamente independente e própria, sem qualquer interferência de uma na administração da outra. O faturamento líquido da Centeon no Brasil, em 99, foi de 21 milhões de reais e contamos com 44 funcionários no Brasil. Nossos produtos biológicos são elaborados nos Estados Unidos e na Alemanha e têm uma natureza bastante diferenciada dos demais produtos da indústria farmacêutica, sendo predominantemente utilizados em hospitais. São produtos de alta tecnologia, obtidos através do fracionamento e purificação do plasma, e nossa empresa é a única no mundo que executa o teste PCR para cinco vírus. O PCR é um teste de alta sensibilidade, com técnicas de Biologia Molecular, que visa reduzir a janela terapêutica das eventuais viroses que possam estar presentes no sangue dos doadores. Permito-me mostrar esse folheto, que explica o que acabo de dizer. Acaba de ser lançado nos Estados Unidos, um folheto que mostra que nós fazemos o teste de PCR pra... algumas poucas empresas fazem o teste de PCR pra três vírus: aqui está o vírus da hepatite "b", da hepatite "c" e o vírus HIV da AIDS, mas somente uma empresa, que é a nossa, está também fazendo os testes PCR pra vírus da hepatite "a" e do Parvo vírus B19 — muito importante nas pessoas que estão... e como... são gestantes. Para encerrar, gostaria de, é, dizer que a nossa venda, através do canal "distribuidores de farmácias", que são na realidade "atacadistas", é muito limitada representando menos de 15% do nosso faturamento. Todos os nossos produtos são injetáveis, a maioria por via endovenosa e, conforme

a Resolução dos Genéricos nº391, estão dispensados dos testes de bioequivalência. Os hospitais, senhores, já compram todos os medicamentos que necessitam, inclusive os de nossa empresa, através de suas denominações genéricas, em geral pelo menor preço dentre os vários produtos aprovados por suas respectivas Comissões de Padronização de Medicamentos. As marcas dos diferentes produtos são praticamente irrelevantes no nosso setor. Ou seja, quando um paciente está internado em um hospital, sobretudo nas condições críticas onde nossos produtos são preconizados, raramente ele vem a saber as marcas dos medicamentos que recebe, tratando-se de uma receita aviada diretamente pela farmácia do próprio hospital. Quero salientar ainda que nossa empresa não está, e nem nunca esteve, sob investigação dos órgãos antitrustes no Brasil, com relação a aumento de preços. Atendo, assim, à convocação desta Comissão, com o maior interesse em responder às perguntas que me forem formuladas, visando o esclarecimento de qualquer dúvida que possa pairar sobre a nossa empresa. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Carlos. Com a palavra o Dr. João Augusto M. De Vasconcellos, Diretor da Eli Lilly do Brasil.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Deputados, eu sou Diretor Jurídico da empresa há quinze anos e estou representando aqui o Presidente, uma vez que este ele foi recentemente transferido para a França num processo de "encarreamento". É interessante notar que a nossa empresa é uma verdadeira escola. Porque o Presidente do Lilly, hoje na Argentina, é um brasileiro; o Presidente do Lilly no Canadá, é um brasileiro; o Vice-Presidente mundial é brasileiro; e o primeiro homem da empresa passou pelo Brasil, como gerente e, hoje, é o primeiro homem da nossa organização. A nossa empresa está, no Brasil, há mais de 50 anos. Nós temos duas fábricas, uma em São Paulo e a outra em Cosmópolis. Fizemos investimentos maciços, de forma a tornar a empresa um centro exportador. Nós estamos pretendendo, inclusive, fazer novos investimentos, ao redor de 50 milhões, para atingir, também, essa outra finalidade: atender os mercados mais rigorosos e mais exigentes. Nós temos desenvolvido um trabalho muito grande — certamente, muitos conhecem, e um deles foi de uma sindicância muito grande —, que foi a questão de um programa em relação a diabetes, um programa que nós realizamos com a Harvard Medical School, com a Josbin e com a Sociedade Brasileira de Diabetes. E mais ainda: nós

incentivamos a pesquisa e temos um prêmio especial que é com relação ao jovem investigador. A nossa empresa tem 1.100 funcionários e... e nos colocamos à disposição dessa CPI para qualquer pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. João Augusto. Tem, desde logo, como é praxe, a palavra o Sr. Relator da CPI, o Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Vou começar com o Dr. João Augusto, que já está com o microfone na mão. Eu indagaria ao Dr. João Augusto, que é o representante do Eli Lilly do Brasil, o seguinte: um dos pontos investigados aqui nessa CPI é a reunião realizada na Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, no dia 17 de julho de 1999. Reunião esta que, segundo a colheita de depoimentos aqui, principalmente do Sr. Ney Pauletto Júnior e o Sr. Nilson Ribeiro da Silva, ela foi uma reunião, pré-convocada, no **coffe break**, num dia de semana e, com a participação de representantes dos 21 laboratórios que, por amostragem, a Comissão aprovou, por unanimidade, ser o centro da nossa fiscalização, da nossa investigação nesta CPI. Em razão disso, Sr. Dr. João Augusto, eu indago o seguinte: a empresa do senhor tinha conhecimento dessa reunião, especialmente que era uma reunião que teria, como objetivo, fazer uma ação coordenada no mercado, visando controlar preços e também rejeitar genéricos? A empresa tinha conhecimento? Quais as providências da empresa, se não tinha conhecimento, adotadas após o conteúdo da ata que descreveu o que ocorreu nessa reunião. O que é que V.Sa. pode-nos dar de esclarecimento sobre esse fato?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Sr. Relator, essa... essa reunião ela foi, na realidade, um encontro, um encontro informal. Nós tivemos um funcionário que compareceu a essa reunião. Por que que um funcionário comparece a uma reunião? Ele comparece no sentido de uma troca de experiência, no sentido de conhecer determinados fatos que, naquele momento, são importantes para serem discutidos; é uma maneira, também, que se tem, nesses encontros, de você se auto-avaliar; é uma forma, pela qual você tem condição efetiva de identificar eventualmente um futuro funcionário pra sua organização; é uma maneira, também, de você se colocar no mercado. Essa reunião... ela foi informal, ela não teve, não teve nenhuma agenda, não teve nenhuma formalidade maior, em termos dessa ata. Aliás, eu tive ciência de três atas, que aliás são atas apócrifas.

Elas não foram... não estão assinadas, elas não foram aprovadas, em hipótese alguma. É... e esse funcionário compareceu nessa qualidade. Como ele tem um nível de gerente, ele pode, realmente, estar presente a reuniões desse tipo, que são reuniões comuns a qualquer setor e a qualquer empresa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O Sr. Dr. Thomas Engelen, da Akzo Nobel, por favor, eu gostaria, dada a experiência que certamente V.Sa. tem no setor, até internacional, eu indagaria o seguinte: no Brasil, que item de custo pesa mais na fabricação de um medicamento: a matéria-prima, despesas comerciais, promoção médica, publicidade? E nos outros países, que certamente V.Sa. conhece, como é esta composição? Qual o esclarecimento que V.Sa. poderia dar sobre os itens de custo que mais pesam na fabricação de um medicamento?

O SR. THOMAS ENGELEN - Eu... eu não tenho os valores exatos na mão aqui, mas estou certo que matérias-primas são um componente bem importante na fabricação de um medicamento.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - A matéria... o senhor, V.Sa. conheceria o percentual?

O SR. THOMAS ENGELEN - Eu não conheço é... exatamente... Eu gostaria se fossem dizer... trazer até o valor exatamente sobre o relacionamento que está acontecendo em outros países.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu agradeceria a V.Sa. se pudesse mandar o mais breve possível, em relação a sua empresa, é... esses dados, inclusive, se possível, comparativamente com o peso desses insumos em outros países. O Dr. Irapuan Maurício de Oliveira, representante da Abbott Laboratórios do Brasil. Dr. Irapuan, pelos dados que nós temos aqui divulgados, quer seja pelo Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, ou outros órgãos, é... nós temos um convencimento preliminar de que os preços de medicamentos do País, no Brasil, são superiores aos praticados em outros, nos países-sedes dos laboratórios, ou melhor, nos países mais desenvolvidos. Qual a explicação que o senhor nos dá sobre este fato?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - A verdade é que os preços nos países, pelo menos no que se refere à Abbott, são idênticos. Nós temos a... a idéia, inclusive dos preços de exportação, os insumos são exportados para todos os países, considerando a... o mesmo, patamar. Então, no nosso caso, a nossa

experiência é de que os preços são equivalentes nos países em que nós estamos, para o nosso produto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, o que V.Sa. nos dá como esclarecimento é que a Abbott é originária da...?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Abbott é americana, capital americano.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Americana. Os produtos da Abbott são vendidos no Brasil pelos mesmos preços dos Estados Unidos?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Os preços no Brasil, se nós considerarmos o procedimento desses anos todos, em termos de controles rígidos de preço que nós tivemos, então, eles consideravam sempre, a filosofia sempre é a variação exata dos custos. Na... o mercado, a variação dos custos e com isso um segmento rígido das normas do país. Então, durante esses anos todos, houve... houveram diversas etapas em termos de... é... controle de preços nesse País — e os senhores já estão bastante afetos a essa problemática — mas sempre houve um monitoramento, um acompanhamento, ou um entendimento com os laboratórios. E com isso, o senhor... os preços aqui foram feitos exatamente em função das variáveis custo. Por exemplo: no ano passado, está-se falando muito em termos de comparação dos preços com a inflação. Se esquece que a variável de custos, como foi dito aqui nosso problema básico é a matéria-prima, então, a matéria-prima se modificam em função do... da desvalorização cambial. Tivemos, no ano passado, uma desvalorização cambial bastante intensa e... houve um entendimento, inclusive com as autoridades, para que se não se fizesse a variação exata dos custos... de uma vez só. Então, nós tivemos parceladamente modificações ou reajustes nos preços em três vezes, inicialmente, mas correspondente exatamente à variação, o repasse, o... o reflexo da variação de custos da variação cambial nos custos dos produtos. Então, realmente, há o acompanhamento. Os preços aqui são preços que podem ser que exista uma pequena diferença com os preços internacionais, porém em função exata do controle ou dos entendimentos com o Governo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Dr. Marcelo, representante da Boehringer Ingelheim, é de supor-se que o investimento dos laboratórios, com matriz no exterior, é sempre feita em moeda estrangeira, e é de supor, também, que ele tem que manter a sua taxa de retorno desse investimento, sobretudo após a desvalorização do real ocorrida em princípios de 1999. Será que é este fato que

justifica o aumento dos preços do medicamento no País nos últimos anos e é por essa razão que os medicamentos aumentaram em reais, embora em dólar eventualmente tenham mantido o preço no exterior, quer dizer, tenham mantido o preço dos insumos no exterior?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Deputado, é verdade que uma empresa internacional procura retorno sobre os investimentos feitos em sua moeda. No caso da Boehringer, é... os acionistas são... procuram retorno em moeda, em marco alemão. Agora, também entendemos que... países sofrem... é... oscilações em sua economia e que devido a essas oscilações não podemos tomar decisões de curto prazo de correção, é... e reação a essas. Cito exemplos, aí, como o México, a Ásia e... e, agora, o Brasil. É... nós sempre temos... é... inclusive uma visão de longo prazo nos nossos investimentos e, portanto, uma reação de curto prazo num, não seria de interesse para... para a empresa. O que nós procuramos é uma... é uma rentabilidade a nível global da empresa, do grupo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, a empresa de V.Sa., em termos estatísticos, em termos numéricos, não praticou o que V.Sa. quer dizer, aumento de preço nesses últimos anos, vamos dizer nesses últimos doze meses, após a desvalorização do real?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim. Nós aplicamos aumentos de preço, sim, para... mas essas não recuperaram totalmente a redução na margem dos produtos. Inclusive...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Não... não foi idêntica a desvalorização?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não foi, ficou abaixo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Ficou abaixo? V.Sa. tinha como enviar à CPI algumas informações concretas, números sobre isso...

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Ininteligível)* ... por amostragem relativa ao seu laboratório?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim, poderia.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agradeço. Indago ao Dr. Walter Ricca. Dr. Walter Ricca. Nós ouvimos aqui, Dr. Walter um depoimento do Secretário de Saúde do Rio de Janeiro. Ele demonstrou por "a" mais "b" aqui teve que comprar medicamento com redução de preço de até 95% do preço da fábrica. E, obviamente, quem vende por esse preço, naturalmente, tem lucro; não vai ter

prejuízo. Em razão disso, não estaria havendo um lucro abusivo dos laboratórios quando a venda é feita ao público, considerando que uma Prefeitura, como a do Rio de Janeiro, consegue uma redução de 95% sobre o preço de venda no varejo? Como a empresa de V.Sa. explica esse fato para o País?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Sr. Deputado, o aspecto concorrencial, aspecto de concorrência dentro do Poder Público, no nosso entender, tem uma mecânica diferente da mecânica do mercado, do livre do mercado. A começar pelas quantidades, a começar pelo interesse que a empresa tem em fornecer os seus produtos àqueles que nos procuram, as entidades públicas, porque também são... considerados como nossos clientes. Muitas vezes, as concorrências públicas elas se dão para fornecimentos durante o prazo de um ano, né, são vários fornecimentos. E é evidente que a mecânica pra que se participe dessas concorrências é uma mecânica diferente de consideração dos preços em relação àquela mecânica em que nos colocamos o produto no varejo. Hã... nós vamos ter a oportunidade, acho eu, de demonstrar durante os trabalhos desta CPI que, muitas vezes, aquilo que parece alto não traz à empresa um retorno como se imagina, não é? Como já mencionado aqui, a empresa é um conjunto, né, é um conjunto de produção, comercialização... é um conjunto de investimentos, investimentos em novos produtos, em novas terapias, não é? E tudo isto na fixação dos preços é considerado. Então, eu me permitiria inicialmente dizer que não há, a propósito de um eventual preço cotado numa concorrência pública, não se pode simplesmente caracterizar que este ou aquele produto tenha gordura. E é por isso que essa gordura pode ser removida, porque se ofereceu este ou aquele preço a qualquer entidade pública.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Dr. Carlos Bara, Presidente da Centeon. Há um ponto, Dr. Carlos, muito questionado. Tem sido muito questionada nesta Comissão, tem chamado muito atenção aqui, que é o seguinte: os gastos com propaganda de todo tipo, desde financiamento de viagens de médicos, até caríssimos materiais impressos, simpósios e que passam a fazer parte da estrutura de custos, que acaba, pelo que tá percebendo a CPI, sendo transferido ao consumidor em geral. Qual a razão para a dimensão desses gastos? Os laboratórios preferem competir com propaganda em vez de fazê-lo com preços? Por que, Dr. Carlos?

O SR. CARLOS BARA - Deputado Ney Lopes, obrigado pela pergunta. Eu lamento não ser a pessoa mais indicada para responder essa pergunta no sentido geral, porque a nossa empresa atua somente em hospitais, nós temos somente quatorze propagandistas, fazendo uma propaganda altamente científica voltada para cirurgiões, voltada para médicos que são realmente é... vamos dizer assim, os professores responsáveis pelos departamentos. Nossos gastos são muito pequenos e eu lamento informá-lo que a gente não seria, talvez, a empresa mais indicada para respondê-lo. Se o senhor quiser eu posso complementar.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu, então, faria essa pergunta ao Dr. Irapuan. Eu acho que o Diretor do Laboratório Abbott podia dá um esclarecimento, considerando o tamanho e a área de atuação específica da empresa.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - O.K., Deputado. O conceito de propaganda, no nosso entender, é menor do que o senhor colocou, em termos... nós consideramos algumas despesas que foram ditas como sendo de educação continuada. Então, congressos... todas aquelas despesas em que nós, vamos dizer, todas as ações que levam a idéia de transmissão de informações técnico-científicas nós consideramos como despesas outras, não despesas propaganda. Pra nós despesa de propaganda seria o panfleto, vamos dizer, a literatura que se leva com informações para o médico, exclusivamente para o médico, seria a questão de reprodução de estudos e pesquisas. Então, para nós podermos dizer se é muito, ou se é pouco, o quanto representa, seria interessante que nós tivéssemos uma definição de quais seriam exatamente as despesas a serem consideradas para nós podermos fazer um estudo e verificarmos, então, se é muito, se é pouco, ou quanto é? Então, eu solicitaria que se fizesse uma padronização das despesas que V.Exa. gostaria de ter como sendo as despesas para as quais nós deveríamos dar respostas, para ver, então, quanto que ela corresponde. E, além do mais, seria interessante também dizer em função do custo total, em função do faturamento, em função do que nós poderíamos para que esses dados fosses comparáveis. Para nós sabermos se é muito ou se é pouco.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu diria a V.Sa. que o que me interessaria ter nas informações que V.Sa. se prontifica a remeter seriam as despesas com propaganda e promoção, em geral, do medicamento. Participação de uma planilha objetiva. E eu pediria também que a Boehringer, o representante

da Boehringer, Dr. Marcelo, que, pelo que eu estou informado aqui na Mesa, é a que tem maior fatia no mercado, como é que se explica esse fato?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Deputado, como também não sou uma pessoa de **marketing**, posso responder com base nos dados dos nossos balanços essa pergunta em relação à propaganda. Aqui eu tenho um perfil das nossas despesas que demonstram que, na realidade, o custo especial com propaganda, que a gente denomina, que são esses trabalhos científicos de apoio ao médico, representam 8% da nossa venda bruta, que acredito que seja bem abaixo do que tenho ouvido falar na imprensa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu gostaria que V.Sa. mandasse também oficialmente essa informação, em nome da sua empresa, para a Comissão. Eu sei, Sr. Presidente, que estou abusando um pouco, mas eu notei aqui que não fiz nenhuma pergunta a Bayer, e não gostaria de deixar de fazê-lo que pese pedir um pouco de liberalidade de V.Exa., Sr. Presidente. O seguinte, Sr. Javier: aqui tem sido muito discutido a relação laboratório/distribuidora e também varejo. Há um entendimento de que a Portaria 37 permite que o laboratório componha o preço final do produto, até ele chegar à prateleira da farmácia, e a partir daí teria aquela margem que a Portaria assegura de 30% para o varejo. Neste sentido, o entendimento médio, pelo menos, de maneira... por indício, dentro da investigação que estamos fazendo, é que seja interesse do laboratório inflar esse preço, aumentar esse preço. Dentro dessa estratégia, caso positiva, como é que se comportam os descontos que os laboratórios dão às distribuidoras? Qual a média desses descontos?

O SR. JAVIER CANTARELL - No caso da Bayer, los descontos que nós damos a nossos distribuidores... é... oscilam entre 14 e 16%. Esos porcentagens son baseados en la importância del distribuidor e também, logicamente, se es un distribuidor nacional ou se es un distribuidor regional, se tem em conta unos parametros também en... en... en nesse sentido de como o distribuidor llega a las farmácias. Então, realmente, yo acho que el laboratório, al menos el laboratório Bayer, não tem ninguna idéia de inflar esos preços. La distribuição no Brasil é cara. La distribuição no Brasil é cara, porque o Brasil é um país grande, é um País com um grand número... um grande número de farmácias, e realmente é necessário esse investimento en las distribuciones.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agradeço ao senhor. Apenas eu quero, no pedido que eu pedi a Boehringer, na solicitação que fiz ao Dr. Marcelo, eu quero pedir também que seja esclarecido o seguinte: eu disponho de um elemento estatístico aqui referente ao ano de 1997, em que na relação publicidade/propaganda/despesa operacional, o campeão de gasto, com 32%, foi justamente a Boehringer, em que, em 96, chegou a 29% mais ou menos e, em 97, chegou a 32%. Como a Bristol, em 96, foi campeã e caiu violentamente, em 97, eu pediria a V.Sa. que nos remetessem informações a partir do ano-base 96, para uma comparação se esta política é estável ou se é oscilante. E nós estabelecermos confirmações aqui ou não em razão dos elementos que a nossa assessoria dispõem e dos cruzamentos que está fazendo. Devo dizer que isso aqui já é decorrência do trabalho da assessoria que fez este gráfico, esses estudos, em razão de cruzamentos. Ontem, chegaram à meia noite, 24 horas, a equipe toda trabalhando aqui, virando praticamente, no sentido de estabelecer esses elementos, mínimos ou máximos, que nós esperamos até o final, necessários para informação da CPI. Eu agradeço, Sr. Presidente, e a paciência de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, ouvimos com toda a atenção que V.Exa. merece, não é paciência nenhuma, é um prazer. Passamos, desde logo, a interlocução dos Srs. Deputados. E, como é praxe, eu quero consultar, mas acho que... o nobre Deputado Magela é o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Natural, natural.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu darei a palavra ao nobre Deputado. Gostaria de pedir a cooperação de todos para que a gente ficasse no máximo possível no tempo. Tem a palavra o nobre Deputado Magela.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Depoentes, inicialmente eu quero deixar registrado aqui a minha discordância com a convocação para a mesma sessão de depoimentos de sete representantes, porque nem todos falam tudo o que deveriam falar, nem nós perguntamos tudo que deveríamos perguntar. Por isso, eu quero já adiantar que me reservarei no direito de reconvocá-los quando estivermos aprofundando a análise dos documentos, até porque os senhores estão aqui por diversas razões, mas fundamentalmente a partir de meu requerimento pela reunião feita que pode levar a

caracterização de formação de cartel. A partir da análise de documentos que estamos procedendo na CPI, eu posso, assim como outros Parlamentares, reconvocá-los. Eu quero diante da situação, porque eu não posso fazer nenhuma pergunta aqui que me leve tempo, todo o tempo que nós temos. E eu quero ter o direito à réplica, Sr. Presidente. Por isso, eu, hoje, quero ser absolutamente objetivo e fazer a todos três perguntas, apenas três perguntas. A primeira: por que que os laboratórios que V.Sas. representam, nesta sessão, tinham representantes naquela reunião? Não preciso detalhar qual é, todos conhecem, não é verdade? Por que que os laboratórios tinham representantes naquela reunião? Segundo, pra quê? Isso na mesma pergunta. Terceiro, quem nos laboratórios de V.Sas. autorizou as pessoas dos laboratórios a estarem naquela reunião? Essa a primeira pergunta. A segunda, foi proposta pela... foi-nos trazido pelo Presidente da ABIFARMA uma proposta de cesta básica de medicamentos, com a participação do Governo. Analisando aquela proposta e fazendo algumas projeções, eu cheguei à conclusão de que é possível os laboratórios colocarem aquela cesta básica no mercado sem participação do Governo. Quero saber se os senhores concordam com esta análise. É evidente que eu não tenho aqui como expor, nem teria condições de técnicas de fazê-lo numa sessão como esta. E também eu fiz superficialmente. É preciso deixar isso claro, não há nenhum estudo aprofundado, mas as análises que fizemos com pessoas que nos auxiliaram nos mostram que os laboratórios teriam condições, sem atingir os seus resultados, até pelo volume que colocariam de medicamentos nas farmácias e que seriam vendidos, praticar aquele preço, até menos do que aquele preço, proposto pelo Presidente da ABIFARMA, sem a participação do Governo, como uma política dos laboratórios para atender ao segmento que não tem consumido ou que tem muitas dificuldades com os submedicamentos. Pergunto sobre essa questão: os laboratórios têm condições de fazer essa oferta conforme estou afirmando? E se tem interesse em fazê-lo? E terceira pergunta, Sr. Presidente, eu quero saber a opinião dos laboratórios sobre se concordam ou não com a instituição no Brasil de alguma forma de monitoramento de preços de medicamentos? E gostaria de ter direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, desde logo, o Dr. Irapuan, vamos pela ordem. O Deputado quer ouvir a todos, né? Tá, vamos lá. Eu pediria com a capacidade de síntese que os têm para responder as três perguntas.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - A primeira pergunta então: por que os laboratórios tinham representante? A Abbott não tinha representante no sentido de que um funcionário de Abbott compareceu a esta reunião, a esse encontro de profissionais da área. Então, a empresa não sabia, não tinha sido informada. E esse funcionário não tinha capacidade para representá-la. Então, para quem fica, então, prejudicada a pergunta. E quem do laboratório autorizou? Ninguém autorizou. No que se refere à proposta de cesta básica, nós estamos dispostos a sentar e analisar a proposta, sim. É nosso interesse em sempre, já há muito tempo que nós temos nos colocado à disposição do Governo pra isso. Mas achamos que é uma questão que deveria ser conjunta. Não deveria ser indústria só; deveria ter a participação de todos os envolvidos. E em terceiro lugar, se concorda ou não com a possibilidade de monitoramento? Os preços sempre foram acompanhados. É como eu disse anteriormente na minha locução, nós todos... os preços tem sido ou de uma forma controlados, ou monitorados, ou administrados em conjunto. Nós temos tido entendimentos. Agora um controle, o controle efetivo como existia no passado? Nos tivemos sérios problema no passado, quase com o engessamento do setor. Então, a isso a minha empresa estaria contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim. É como na empresa Abbott, também a Akzo Nobel não mandou ninguém para a reunião. Foi a decisão da pessoa mesma de participar. Não sabíamos somente depois essa encontro de colegas que ele também esteve lá e claramente nos perguntamos a ele porquê? Ele foi advertido, é o palavra. Ele foi advertido para ser a presente. Ele esteve lá para ouvir. Cesta básica. Nós somos pronto e aberto para qualquer proposta para ser estudado. Eu também concordo com o colega da Abbott que seria melhor se isso teria sido uma forte de nós todos. Não somente para o (*ininteligível*) do projeto. O projeto está chegando de nós todos, mas também porque eu acho que nós temos todos um papel, uma razão de ser dentro desse tipo de projeto. Estamos pronto e aberto para discutir e para acabar num caminho certo. Monitoramente. Eu acho que no longo prazo não daria que fosse... pode ter como objetivo. O mercado farmacêutico mundialmente é muito fragmentado. E esse "fragmentismo" dá uma área de competição, um campo na qual eu acho os preços são como pressão. E também a... a problema do controle de preço é que pode acabar que alguns medicamentos

não vão chegar nesse mercado tão rápido que em outros mercados que não existe esse controle de preços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre Dr. Javier Cantarell.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Presidente, só... antes do Dr. Javier responder, eu queria insistir: eu não estou tentando — me desculpem os dois anteriores — se têm interesse em discutir a proposta, discutir a proposta, se os senhores têm condições de fazer executar a proposta só com parte, com responsabilidade dos laboratórios e se têm interesse em executar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Me permita?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Porque nós partimos sempre do princípio de discutir, todos nós temos disposição de discutir absolutamente tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se eu bem entendi, acho que eu podia interpretar, ajudá-lo. Ele acha que os senhores estão ganhando bastante, que não precisava ajuda de Governo, podiam já baixar esse preço pra essa proposta da ABIFARMA e vender mais medicamento e continuar ganhando muito. É isso que ele quis dizer.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E fazer executar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não é isso?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ... a cesta básica só com a responsabilidade de recursos dos laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Dr. Javier. Eu tentei ajudar.

O SR. JAVIER CANTARELL - A respeito da primeira pergunta, o funcionário da Bayer estava lá por própria vontade e próprio interesse. Para quê? Para estar e ficar informado de lo que acontece e acontecia no mercado farmacêutico e para ter intercâmbio de idéias com los colegas doutros laboratórios. Quem autorizou? Eu autorizei pessoalmente. Ele me solicitou permissão para assistir. Eu autorizei por considerar isso una reunião completamente informal, sem capacidade decisória e simplesmente informativa. Com respecto ao ponto número 2, a Bayer... Primeiro deveríamos analisar a fundo esse projecto, esse projecto, seja proposto pela iniciativa privada ou seja proposto pelo Governo. Estamos cento por cento a favor, tanto seja com el Governo ou com instituições privadas. E, después de uma análise profunda, porque não podemos tomar la decisão sem analisar, realmente acho que

Bayer teria interesse, sim. A respecto ao monitoramento de preços, eu acho, francamente, que el melhor monitoramento de precios tem que venir do próprio mercado. Es el mercado que deve se regulamentar... na própria concorrência deve regulamentar realmente los preços. E realmente acho também que los genéricos são una forma importante de monitoramento ou de regulamentação de sus precios de mercado. Volver ao passado, a um monitoramento como era entendido no passado, acho que não vai favorecer a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Walter Ricca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Com relação à primeira questão, se nós tínhamos representante na reunião, eu me permitiria apenas... Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra, tem a palavra. É que eu pulei o Dr. Marcelo, mas depois dou a palavra.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu me permitiria fazer apenas ao nobre Deputado uma breve digressão. Nós temos, dentro da empresa, sob o nome Bristol-Myers Squibb, quatro divisões, como eu já mencionei anteriormente, absolutamente independentes. Nós temos a divisão de nutricionais, cosméticos, insumos hospitalares e a divisão farmacêutica. Nenhuma dessas divisões se reporta de qualquer forma a quem quer que seja na outra divisão. Cada divisão possui um gerente-geral e este gerente-geral e toda a sua equipe se reporta ao exterior. Então não há uma comunicação, apesar de nós estarmos falando de um mesmo nome institucional. Quem compareceu à reunião citada foi um funcionário da linha de nutricionais, que, portanto, nada tem a ver com a linha farmacêutica, com a divisão farmacêutica da Bristol-Myers Squibb. Compareceu a pedido do seu superior, o gerente de **marketing**, que é um estrangeiro que está no Brasil há pouco tempo e que, por necessidade de conhecer as pessoas da indústria, manteve previamente alguns contatos com essas pessoas no sentido de se entrosar, não é, e estabelecer um contato, um conhecimento, conhecer melhor essas pessoas. Esta pessoa não... recebeu uma convocação; na convocação não havia a pauta a ser tratada, era um convite; não podia ir à reunião e pediu a esse funcionário, que está na rua, trabalhando na rua, que comparecesse a esse encontro pra verificar do que se tratava. O funcionário foi pego de surpresa, na hora da reunião, praticamente; chegou uma hora atrasado — isto o seu próprio depoimento perante a SDE e perante a Polícia Federal comprova —; limitou-se a ouvir o que estava sendo

tratado naquela reunião. E estes assuntos, que são assuntos atinentes à área farmacêutica, só chegaram ao conhecimento do gerente-geral da área farmacêutica vinte dias depois. O gerente-geral estava num jantar de despedida do gerente-geral da Novartis e tomou conhecimento da... do documento que lhe foi entregue nesta oportunidade. Imediatamente, enviou uma comunicação ao Sr. Nilson, que seria supostamente a pessoa que organizou o encontro, demonstrando que a Bristol não concordava com os assuntos ali tratados, não correspondia à sua filosofia de trabalho. Tanto é verdade que nós acabamos por receber posteriormente, do próprio setor atacadista, uma carta da ABC Farma congratulando-se com a postura da companhia. Eu posso até deixar posteriormente à Mesa uma cópia desta carta. Então nós não reconhecemos a reunião; não houve nenhuma... nenhum poder conferido à pessoa que esteve lá presente, não é, e os documentos que integram os processos da Polícia Federal e da SDE comprovam este fato. Eu só queria apenas acrescentar que no próprio processo ou procedimento da SDE existe uma quota do Dr. Gesner de Oliveira propondo, após ouvir este funcionário que esteve presente, propondo que a Bristol figurasse neste procedimento como testemunha e não como representado, o que revela a postura da companhia e o fato de ela não ter se direcionado pra esses assuntos que foram lá tratados. Com relação à segunda pergunta, se os laboratórios têm condição de fazer oferta ou não, Deputado...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Só pedir à V.Sa. que seja um pouco mais objetivo, porque...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Pois não. Nos parece... nos parece que seria melhor tratar sobre uma proposta concreta, não é? Cada produto, ele tem uma estrutura de custo diferente. Nós somos, como eu disse anteriormente, uma empresa de pesquisa, onde os investimentos, não é, e aquilo, o faturamento da empresa é destinado também a reinvestir em novos produtos, em pesquisas, etc. Nos parece que, dentro do componente de custo, a participação do Governo através dos impostos, por exemplo, é fundamental, não é? Então não nos parece que uma... um trabalho...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Se a participação do Governo for só na questão dos impostos...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu tô... eu tô lhe dando um exemplo apenas pra dizer o seguinte: a Bristol...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir, doutor, eu vou pedir pro senhor tentar sintetizar porque senão o senhor tá ocupando mais tempo do que a pergunta pra responder e são sete. Eu pediria a sua compreensão, que fosse sintético, por gentileza.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Pois não. O que eu poderia dizer a V.Exa. é que a Bristol não se furta a considerar qualquer proposta no sentido que foi mencionado por V.Exa. Com relação ao monitoramento, nós passamos, não é, do controle de preços pra uma fase intermediária, que foi o monitoramento, onde todos os aumentos de preços foram comunicados às autoridades. E nos parece que a economia de livre mercado é uma economia que permite, além de estar assegurada pela própria Constituição, nos permite, num mercado competitivo, nivelar ou fiscalizar os preços pela própria competição, não é?

Entretanto, como disse, qualquer proposta que venha a ser feita será levada em consideração pela companhia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. Marcelo, que havia... estava em quarto lugar.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Deputado, em resposta à primeira pergunta, o gerente de vendas que participou dessa reunião não é um representante legal da empresa e participou ingenuamente dessa reunião. Essa reunião, acredito que foi para... combinada para uma troca de informações. Ninguém autorizou ele a participar dessa reunião. Não é necessário que gerentes da nossa empresa peçam autorização para uma reunião de informação. E também não foi de conhecimento da diretoria a participação desse funcionário nessa reunião. Em relação ao programa proposto pela ABIFARMA, eu lamento não poder dar uma resposta concreta para essa pergunta no momento, devido a fatores que já foram mencionados; depende da composição dos produtos que estarão fazendo parte dessa cesta, como também o volume desses produtos. Acredito eu de antemão que um programa desse tipo somente é viável com a participação não somente da indústria e do Governo, mas também com participação das distribuidoras. Em relação a monitoramento de preços, os nossos preços na indústria farmacêutica foram monitorados pela Secretaria de Acompanhamento Econômico nos períodos de 94 a 96, e também após a desvalorização, em 99. Como também já foi mencionado aqui anteriormente, acredito que futuramente o

melhor mecanismo de controle de preços no Brasil é o que já se aplica nos Estados Unidos, que é o sistema de mercado com produtos genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não vou contestar isso. Tô chegando de lá e há uma grande preocupação que esse negócio nem lá tá funcionando, viu? Mas esse assunto é pra outra hora. Dr. Carlos Bara, por gentileza.

O SR. CARLOS BARA - Deputado Geraldo Magela, em resposta às suas três perguntas, a Centeon não tinha nenhum representante na reunião; tinha, sim, o seu gerente de vendas, que foi convidado a nível pessoal e foi participar da reunião. Para quê? Acredito que para trocar informações, porque ele estava ausente da companhia em função de uma cirurgia. Quem autorizou as pessoas? Ninguém autorizou as pessoas, ele foi por livre e espontânea vontade. Cesta básica de medicamentos da ABIFARMA. A nossa empresa desconhece a proposta, até porque não somos parte da ABIFARMA, mas realmente estamos de pleno acordo. E qualquer iniciativa no sentido de arregimentar a indústria pra colaborar, inclusive abrindo mão de margens pra abastecer esse mercado carente, sem dúvida, nós estaríamos dispostos a participar. Controle de preços. Acho que realmente, repetindo o que já foi dito, o monitoramento dos preços que sobem de maneira excepcional, eu sou a favor; mas acho que o melhor controle é o mercado, e os genéricos seguramente vão reduzir os preços. Essas são as minhas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. João Augusto Vasconcellos.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Sr. Deputado, em relação à sua primeira pergunta, realmente quem compareceu foi apenas um funcionário. Ele não tinha representação, compareceu atendendo a um convite. Segundo, ele foi... logo no início, eu mencionei, ele foi como troca realmente de informações e experiências naquele momento. É uma auto-avaliação, é uma forma de se posicionar no mercado. Terceiro, autorização não houve, porque ele tem nível para tomar essa decisão. Quanto à sua proposta, ela é passível, efetivamente, de análise. E quanto à questão do monitoramento nós somos contra porque defendemos a liberdade de mercado.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, me permita um minuto, só pra réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Vou dar dois pra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Veja V.Exa.: no tocante à questão da participação na reunião, eu diria que as respostas, me desculpem, estão muito bem ensaiadas, à exceção de um ou outro. E eu quero pedir ao Sr. Relator que tenha bastante atenção à resposta dada pelo Dr. Javier. Considero que pode servir de fundamentação para as análises. Segundo, com relação à cesta básica, eu... Em nenhum momento eu propus a cesta básica, quem propôs foi a ABIFARMA, associação à qual a maioria dos senhores, dos laboratórios dos senhores, à exceção do Dr. Carlos Bara, são associados. Na época eu disse que aquilo me parecia mais reserva de mercado e cortesia pro chapéu alheio. E hoje eu vejo que, de fato, há possibilidade de se avançar nesta análise e, quem sabe, até dos próprios laboratórios arcarem. E aí podendo discutir que a parte do Governo seja a parte social, que é a parte dos impostos. Quem sabe os senhores possam aprimorar aquela proposta e apresentá-la à CPI? Agora, com relação à questão do monitoramento, eu não vou adiantar a minha posição, senhores, mas eu quero dizer que os senhores de fato deram a resposta mais coerente para as funções que os senhores desempenham. Não fosse assim, provavelmente os senhores não estariam desempenhando a função que desempenham hoje. Mas eu quero, Sr. Presidente, fazer aqui... deixar aqui... vou tornar oficial um convite a esses senhores que estão na Mesa e à Comissão. O livre mercado precisa ser entendido. E eu quero fazer um convite a esses senhores pra ir à periferia e a alguns hospitais de Brasília pra que eles possam entender o que que nós estamos falando de livre mercado e o que eles falam de livre mercado. Porque idosos que estão em situação absolutamente precária, sem ter como consumir medicamento de uso contínuo não pode ser entendido como livre mercado. E talvez os senhores não compreendam essa situação se não conseguir ver. E eu quero convidá-los pra que, aqui na periferia de Brasília, nós possamos fazer um **tour** pra ver o outro lado do livre mercado. Se os senhores aceitar, nós marcaremos a data com o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Fica o convite de V.Exa. e a proposta a ser estudada oportunamente. Tem a palavra o nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores representantes, eu quero fazer uma pergunta comum a todos os

representantes de laboratórios com relação à ata. O Nilson e o Pauletto(?) estiveram aqui, e eles admitiram que o objetivo da ata era posicionar-se contra os genéricos. Tinham ou não tinham representação? Com exceção da Bristol e da Bayer, todos admitiram que não tinham representação. Eles falaram em nome das empresas. Por que as empresas de vocês são contra genéricos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos começar sinteticamente, porque o nobre Deputado deseja ouvir a opinião de todos, né?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Todos. Todos que estão na ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Todos eles. Então tá. A pergunta é esta: por que as empresas são contra genéricos? Tem a palavra o Dr. Irapuan.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Minha empresa não é contra genéricos. Nós temos atualmente quatorze produtos genéricos que estão... foram registrados já há algum tempo pelo seu nome... pela sua substância ativa, e que estão sendo, neste momento, adaptados ao dispositivo da nova legislação. Portanto nós não somos contra, nós somos fornecedores, inclusive, no mundo, de produtos genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELAN - Também nossa empresa não é contra genéricos. Eu tenho toda a confiança. Eu daria ao meu filho também, mais uma vez aprovado pela Vigilância Sanitária e baseado numa receita de um médico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Javier.

O SR. JAVIER CANTARELL - Eu acho que ir contra genéricos é ir contra a realidade. A Bayer é a favor dos genéricos também. Los genéricos, como falei, em países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento, são uma realidade, insisto nisso. E, nessa reunião, a la que o Exmo. Deputado mencionou, realmente acho que não tem nada que ver ir ou não contra genéricos, dado que duas ou três empresas que estavam lá, participando dessa reunião — concretamente a Eurofarma, concretamente a Biosintética — são já ou estão planejando lançar genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Marcelo Moojen.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Deputado, primeiro, em relação à reunião, gostaria de lembrar que não havia sequer genéricos na época dessa reunião. Estavam falando, acredito eu, sobre similares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Já existia a lei. Já existia a lei.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Já existia a lei, mas não havia produtos genéricos. Em relação à nossa posição em relação aos genéricos, a Boehringer Ingelheim é a favor do uso de genéricos; eles têm um papel muito importante na saúde, como também nós, como empresa de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Walter.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós... a Bristol-Myers Squibb não é contra genérico, até porque, sendo uma empresa de pesquisa e o genérico sendo uma decorrência do medicamento de pesquisa, seria desconhecer uma realidade, a existência do próprio genérico. Além do que, nos países onde a lei já está estabelecida, genérico e remédio de marca convivem plenamente. Então não somos contra o genérico.

O SR. CARLOS BARA - Nossa empresa também não é contra genéricos, até porque ela atua no mercado hospitalar, onde as vendas são feitas predominantemente pela denominação genérica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - É, a nossa empresa também não é contra genéricos. Eu acho importante frisar esse aspecto: dentre as empresas que estiveram lá presentes, duas pelo menos realmente estão lançando genérico, citadas, a Biosintética e a Eurofarma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Continua V.Exa. com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se nenhuma das empresas é contra genérico e a ata fala especificamente contra genéricos e o Nilson e o Pauleto(?) aqui estiveram e disseram a mesma coisa, qual foi a atitude das empresas em relação ao seus funcionários que estavam nessa reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra todos a mesma pergunta? Começamos pelo Dr. Irapuan.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - O funcionário que estava presente, como já disse, não nos representava. Inclusive, ele foi atender a um convite pessoal. Ele não esteve presente o tempo todo, visto que ele tinha outros afazeres e esse encontro se desenvolveu durante o expediente normal. Então ele esteve um pouco pela manhã, um pouco pela tarde. Nós o chamamos, apuramos os fatos, conversamos. Ele foi retreinado em relação ao que nós entendemos: ele deveria ter-nos comunicado por antecipação — nós temos normas específicas de ética e de... Então ele foi retreinado e... e está funcionando, está trabalhando conosco. Então, realmente, ele foi simplesmente... Conversamos com ele, soubemos o que tinha acontecido e ele foi, então... sofreu um retreinamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELEN - O funcionário foi advertido claramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Javier.

O SR. JAVIER CANTARELL - O nosso funcionário, duas semanas antes da reunião... havíamos chegado a um acordo para que ele mesmo saísse da empresa, um acordo mútuo. A reunião foi no dia 27 do mês de julho e o funcionário deixou de pertencer à Bayer a partir do dia 2 de agosto, por motivos que nada têm que ver com essa reunião, isso foi acordado antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria ajudar o Deputado. Quem sabe nessa pergunta a gente inclui se eles se desassociaram da ABIFARMA, que gastou dinheiro em publicidade contra os genéricos. Mas isso fica pra outra oportunidade. Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa. é o Presidente, pergunta a hora que quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Marcelo. Não, por que eu acho que tem uma... Por que só punir os funcionários e não a instituição que pagou? Quem é que mandou a ABIFARMA fazer publicidade? Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu gostaria de esclarecer que a campanha da ABIFARMA foi em princípio uma campanha de esclarecimento à

população, não foi uma campanha contra os genéricos. Havia muita confusão na época da campanha entre o que era um produto genérico, um produto sem marca e um produto similar. Em relação à reunião, nosso gerente de venda participou ingenuamente dessa reunião e recebeu instruções específicas da diretoria pra não repetir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Walter Ricca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - O funcionário, o nosso funcionário, ele continua fazendo parte do quadro de nutricionais. Houve um entendimento em relação a ele, mostrando a ele as conseqüências do ato que praticou. E me permita, Sr. Deputado, dizer o seguinte: que essas pessoas que estiveram presentes à ata, elas já estão automaticamente punidas. Estão punidas pelo setor, né, e estão punidas pelo próprio fato, ingênuo ou não, de terem comparecido à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Carlos Bara.

O SR. CARLOS BARA - Assim que eu tomei conhecimento da ata, eu fiz uma conversa, advertência com o nosso gerente de vendas e posteriormente ele deixou a companhia no final de agosto, por outros motivos, não ligados à ata. Inclusive, naquela ocasião nada ainda tinha repercutido a esse nível, e simplesmente por divergências estratégicas e pela estratégia da empresa de ter uma segmentação mais científica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Com a palavra o João Augusto, Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. VASCONCELLOS - Nosso funcionário compareceu a essa reunião. Como eu falei, foi um encontro de profissionais. Continua exercendo suas atividades normalmente na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado. V.Exa. tem quatro minutos ainda.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero aproveitar os quatro minutos pra explorar a colocação do Deputado Geraldo Magela. Aquela proposta da ABIFARMA, ela colocaria o remédio a preço diferenciado na farmácia e a pessoa teria que desembolsar algum dinheiro, ainda que simbolicamente. Eu entendo que isso inviabilizaria a proposta, porque pessoas que não tivessem naquela condição poderiam utilizar daquela condição ou, às vezes, até, um balconista poderia vender aquele medicamento pelo preço normal, com o subterfúgio de que teria atendido alguma pessoa. A minha pergunta aos

representantes de laboratórios é a seguinte: será que essa proposta da ABIFARMA não podia variar para que o Governo adquirisse o medicamento direto dos laboratórios, direto dos laboratórios, sem a margem da distribuição, sem a margem da farmácia, sem impostos, e ele mesmo distribuir nos seus postos próprios da rede pública municipal, estadual, sem envolvimento nenhum de dinheiro? Isso não seria possível fazer? E que 40 milhões de brasileiros que não têm acesso a nenhum tipo de medicamento poderiam vir a ter acesso a medicamento por esse sistema variante da proposta da ABIFARMA?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu acredito perfeita a sua colocação. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Dr. Irapuan falou. Dr. Thomas — eu estou citando os nomes por causa da Taquigrafia. Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELAN - Concordo com o preocupação. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Javier.

O SR. JAVIER CANTARELL - Seria **uma** possibilidade interessante **la** que o Deputado colocou de que las vendas fossem feitas directamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - É uma proposta válida, só vejo de antemão problema com, talvez problemas com a logística, com a distribuição aos postos de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Walter.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - A resposta é afirmativa, Deputado. Acho viável, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Carlos.

O SR. CARLOS BARA - É uma boa proposta. Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - É, a proposta da ABIFARMA é uma boa proposta e, como tal, ela pode ser aperfeiçoada perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Relator, o senhor escutou, né? Tá todo mundo querendo... é... participar de uma proposta que permita, efetivamente, 40 milhões de brasileiros terem acesso a medicamentos, todos responderam afirmativamente. Então vamos pegá-los na palavra agora e vamos materializar isso aí.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sobretudo V.Exa., que é Sub-Relator para a definição de uma política nacional de medicamentos, pode inserir no seu relatório alguma coisa concreta sobre isso para exame e discussão posterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Com a palavra o nobre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores depoentes, evidentemente, não terei tempo de aprofundar, dado as circunstâncias desta reunião. Portanto, eu vou, de alguma maneira, fazer escolhas rigorosamente aleatórias, a não ser quando vou partir de alguma informação que a Assessoria da Casa e da CPI nos propiciou com boa intenção, com qualidade. Porém, em decorrência do tempo, nós não tivemos oportunidade de analisar tudo ainda. Portanto...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Exa. permite?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu gostaria de, publicamente, com a permissão do Sr. Presidente, de me congratular com a Assessoria. Eu examinei esse estudo, é um estudo de alta qualidade, cruzamentos feitos não com três laboratórios, mas com todos os vinte e um laboratórios, com planos estatísticos etc. V.Exa. desconta, evidentemente. Eu quis apenas registrar o trabalho da Assessoria.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Com o maior prazer, e quero dizer que fico alegre que V.Exa. tenha feito o aparte a partir das considerações que fizemos, porque temos concordância. E só quero registrar que não poderemos aproveitar na plenitude esse trabalho feito até o momento pela Assessoria. Lamento, mas são as circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós teremos outros depoimentos, outras oportunidades. Se precisar voltaremos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sem dúvida, sem dúvida. Eu quero começar a partir dos depoimentos e... eu creio que vai caber aos presentes e à sociedade brasileira analisar. Porque seria, digamos, a situação do rabo balançando o cachorro se os representantes das empresas viessem aqui e respondessem que eles sabiam, sim, previamente daquela reunião, que os que estavam lá os representavam e que, portanto, gostariam de repartir muito a responsabilidade daquilo que tanto a Polícia Federal quanto a CPI têm entendido como a formação e a prática de cartel. Eu registro isso para manifestar a minha

discordância. E eu não quero fazer pergunta nesse ponto, só quero considerar que a reunião, contrariando aquilo que disse aqui o Dr. João Vasconcellos na sua primeira resposta, tinha ata, sim. Aliás, tinha pauta, sim. Ela foi mandada do Laboratório Janssen-Cilag, houve uma convocatória, horário pra começar, teve **coffee-break**, teve almoço, voltaram à tarde. Portanto, isso inicialmente foi apresentado como uma reunião de confraternização, pra que os senhores saibam, e isso ficou tão absurdamente mostrado que não era que depois houve uma mudança dizendo que era uma reunião de troca de experiências, como alguns dos senhores inclusive admitiram. Agora, veja: empresas concorrentes, que detêm o terceiro maior faturamento mundial, perdendo apenas para aquilo que diz respeito a petróleo e, em primeiro lugar, àquela que diz respeito à alta tecnologia envolvida com computação, etc, evidentemente que uma conversa entre concorrentes jamais eu acreditaria que era ali para ensinar, digamos, para o bispo como é que se reza um pai-nosso. Eu só quero registrar — eu não tô perguntando... eu queria começar pelo representante da Bayer. Ele formulou de maneira mais clara aquilo que me parece que todos também responderam: que defendem que o que vale na questão de medicamentos é o mercado. Pergunto aos senhores de forma direta: hoje, o que prevalece no Brasil é o mercado ou não? Ou é o intervencionismo estatal? Ao representante da Bayer.

O SR. JAVIER CANTARELL - Até a final do ano 96 existia monitoramento de preços no Brasil...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas hoje é o mercado ou não?

O SR. JAVIER CANTARELL - Perdão?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Hoje quem rege a venda de medicamentos no Brasil é o mercado ou não?

O SR. JAVIER CANTARELL - Acho que parcialmente, parcialmente. Parcialmente, porque nós somos obrigados a comunicar los aumentos posibles que queiramos ter.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. O senhor gostaria de ter uma liberdade ainda maior, pelo que o senhor respondeu. Pois bem, na nossa opinião, há aumentos abusivos de preços. Na defesa, digamos assim, encarniçada do mercado, como é que o senhor analisa o preço de medicamentos no Brasil? É baixo? É alto?

O SR. JAVIER CANTARELL - Olha, es una pergunta realmente difícil de contestar, porque alto ou baixo respecto a que ou comparado a quem? Eu acho realmente que los precios são los que las empresas precisam, são los precios adequados para continuar con una política de investimentos, como es caso nosso, donde estamos concretamente... Começamos agora em janeiro a fornecer produtos para todo o MERCOSUL, temos investido e realmente precisamos, de alguma forma, tener uma rentabilidade não abusiva, senão una rentabilidade para continuar nossa política de investimentos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Veja, a Bayer tem genérico já registrado, já tem algum genérico na praça?

O SR. JAVIER CANTARELL - A Bayer tem alguns genéricos em alguns países — não todos —, e es una área muito pequena da Bayer, porque la Bayer, fundamentalmente, es una indústria de pesquisa, e la implementação ou não de genéricos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Deixa eu pedir pro senhor... Eu sei que o senhor tem interesse em contar aquilo que o senhor já julga adequado pra nossa compreensão, mas as perguntas estão embutidas, porque nós temos pouquíssimo tempo, tá? Eu perguntei especificamente: aqui a Bayer tem algum medicamento genérico no mercado ou não?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tem. Eu quero perguntar... Eu vou escolher aleatoriamente. Perguntar aqui ao Dr. João Vasconcellos. Quanto que o senhor acha que deve ser a diferença de preço do genérico do remédio de marca?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VANCONCELLOS - Eu não tenho idéia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vocês têm algum genérico na praça, não?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VANCONCELLOS - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Qual dos senhores tem genérico registrado e já vendendo no mercado brasileiro? Só pra identificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem tem registrados?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Nossos produtos genéricos estão sendo adaptados à nova concepção de genéricos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tem nenhum sendo vendido?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Não tem nenhum sendo vendido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nenhum dos presentes tem medicamento genérico sendo vendido? Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quando é que o senhor entrou com o pedido?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ao Dr. Irapuan, então.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - O nosso... nossos medicamentos já estão no mercado pelo nome de substância ativa já há cinco ou seis anos. Então eles estão sendo vendidos normalmente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Qual a diferença de preço desses que já estão no mercado há cinco, seis anos para o preço de marca?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - É variável em função...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Máximo e mínimo.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Máximo e mínimo? Eu precisaria verificar exatamente e lhe mandar essa informação **a posteriori**. Não tenho neste momento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quanto o senhor acha que deveria ser então?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Quanto eu acho que deveria ser? Tudo dependendo dos custos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pra facilitar pro senhor:

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Ok. Eu deveria fazer análise de custos e ver...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor conhece a Portaria 37 e sabe que ela garante, de baixo pra cima, um lucro pras farmácias de 42%.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não é isso? O senhor sabe que no preço de fábrica está incluído de 16 a 18% daquilo que é lucro das distribuidoras. Bom, aí já dá, 42 com 18, 60.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu não diria que é lucro da distribuidora, mas seria o desconto que possivelmente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas veja, considera que, de forma inversa, nós podemos baratear o preço porque a distribuidora, ela pode, em certa medida, né, pelo menos ser reduzido esse valor, se tiver um programa específico pra genéricos — é nisso que eu quero chegar.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja... porque, na minha opinião, os genéricos que estão sendo vendidos no Brasil e do jeito que a carruagem está andando, nós correremos o risco de ter genéricos sendo vendidos a preços, digamos, muito próximos dos chamados remédios de marca, o que, aliás, já ocorre com os similares. Então pergunto ao senhor: se nós eliminássemos os 42% obrigatórios de lucro da farmácia; se nós diminuíssemos os 16 a 18% das distribuidoras; e se nós também eliminássemos aquilo que compõe custo da indústria farmacêutica, que é propaganda — não é isso? —, que é visita aos profissionais, que é também... é... que vocês embutem até o preço de pesquisa, não daria pra fazer um preço, por exemplo, 70% mais barato do preço de marca, no mínimo?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu não me atreveria a dar um número nesse momento. Eu precisaria estudar a cada caso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - No mercado internacional — que o senhor já tem essa experiência —, qual que é a diferença do genérico para o remédio de marca.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Também é variável. E o máximo e o mínimo que eu sei do mercado internacional...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor poderia então enviar depois pra gente, porque tá impossível a gente descobrir.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Né? Eu queria perguntar ao representante da Bristol: vocês fazem empréstimos para a matriz? Por exemplo, a Bristol no Brasil remete dinheiro pro exterior de que maneira?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós remetemos dinheiro ao exterior a título de dividendos, juros sobre capital e todas as nossas operações passam pelo crivo do Banco Central do Brasil.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É claro, é obrigatório. Agora, a pergunta é outra. O senhor respondeu parte — só da maneira como o senhor já respondeu é que a Bristol remete dinheiro para a matriz?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Da maneira como eu respondi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tem nenhum empréstimo?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nenhum?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem em 1995?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Deputado, eu desconheço. Eu posso... eu posso investigar com a área de finanças da empresa e posso lhe... aqui...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja, os senhores vieram aqui... Nós pedimos que viessem os Presidentes exatamente...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Se o senhor puder nos ajudar.... se o senhor puder nos ajudar....

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que o senhor já respondeu.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ...eu posso esclarecer.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero que o senhor me ajude.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja: o senhor disse que sob a forma de empréstimos, não. E eu tô informando o senhor, de forma indireta, que eu tenho informação que vocês mandaram na forma de empréstimo.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu me comprometo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E digo mais: na forma de CC-5.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ... eu me comprometo a... a enviar a esta Comissão a informação respondendo à pergunta do Deputado. Eu não tenho, no momento, conhecimento e condição de lhe responder esta questão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Empréstimo. Porque... veja: qual que é o nosso interesse? Entre aquilo que a... os assuntos que a CPI investiga, tem desde o superfaturamento, o subfaturamento remessa de lucro pro exterior. Nós estamos tentando aqui defender o Brasil. Pois bem. E quando o senhor diz que a única maneira é uma, o senhor, depondo na CPI,

fica uma situação desagradável dizer pro senhor, em seguida, que eu tenho informações que foi até na forma de empréstimo. Então eu repito a pergunta: além daquilo que o senhor respondeu, existem outros mecanismos de remessa de dinheiro pro exterior?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu, no momento, pra dizer, desconheço.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Eu queria perguntar à Bayer: nesse estudo bem-feito, mas que nós não podemos ainda aprofundar, aqui têm várias comparações. Uma delas é a comparação do lucro operacional com a renda líquida. Que explicação tem a Bayer pra apresentar um prejuízo operacional, segundo esses dados que temos, sendo que a Bayer é uma fortíssima empresa e ela teve uma... um prejuízo operacional? Eu queria saber como é que isso ocorre.

O SR. JAVIER CANTARELL - Bem, como eu falei inicialmente, a Bayer... produtos farmacêuticos representam 12% do total da Bayer. E los produtos farmacêuticos não tiveram prejuízo, não, tivemos sempre lucro. Produtos farmacêuticos es una área que deu sempre lucro. Como temos várias áreas, há algumas que em algunos momentos produzem pérdidas, algunas que produzem resultados. E também quero deixar constar que o lucro real, quer dizer, o lucro fiscal, tributável, sempre foi positivo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Eu queria perguntar ao Dr. Walter, que representa aqui a Bristol: o senhor fez aí, em certo sentido, a defesa da campanha da ABIFARMA, como todos fizeram. Eu queria saber como é que funciona. A campanha da ABIFARMA, quem pagou?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Apenas esclarecendo, eu não tive a oportunidade de me manifestar sobre a campanha da ABIFARMA.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então eu me enganei.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Mas não há problema, eu posso fazê-lo.
(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, foi do lado, né? Ah, desculpe, então eu pergunto pro Dr. Marcelo. Eu errei aqui, foi ele que fez... exatamente. Dr. Marcelo, quem pagou a campanha da ABIFARMA?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Os associados da ABIFARMA.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. A campanha ocorreu depois daquela reunião na Fundação Getúlio Vargas, não é isso?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Coincidentemente, sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Coincidentemente. Pois bem. Quem decidiu que a campanha da ABIFARMA ocorreria?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Acredito... eu não tenho informação pra fazer essa resposta, mas acredito eu que o Conselho Diretivo da ABIFARMA.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - As empresas, como vocês são grandes empresas, se a campanha da ABIFARMA não vai bem, vocês reúnem, provocam uma reunião da ABIFARMA, do Conselho, sei lá de quem, e, evidentemente, procurariam interferir nos rumos, caso não estivessem de acordo com alguma ação da ABIFARMA. Isso é presumível, absolutamente linear que as coisas sejam assim. Agora, veja, vocês aqui buscaram, na primeira intervenção, coletivamente, mostrar o trabalho que fazem, seja de pesquisa, enfim, de bem pra humanidade, ajudar entidades e tal. Eu quero saber quem de vocês que acha que aquela campanha que levou o nome da ABIFARMA e, portanto, da indústria farmacêutica, foi uma campanha que gerou credibilidade por ser uma atividade ética, por ser uma atividade que pensava o bem da sociedade e da população, visto que a campanha se deu com o Ratinho, com o Faustão e outros, Gugu, quer dizer, que são programas, alguns deles, rigorosamente deploráveis, que exploram, digamos assim, da forma mais abjeta as fraquezas e debilidades do ser humano. Vocês se sentem representados por aquela campanha da ABIFARMA? É aquilo que vocês querem que a gente pense da indústria farmacêutica? Aquilo era campanha de esclarecimento, como disse o Dr. Marcelo? O senhor se esclarece pelo Ratinho? O senhor se esclarece pelo Ratinho, pelo Gugu, banho do... Como é que chama lá? O senhor se sente representado por aquela campanha? Aquilo esclareceu o senhor?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sr. Deputado, eu gostaria de repetir inclusive as palavras do Sr. Bandeira de Mello aqui nessa Comissão, que, sim, houve exagero na campanha da ABIFARMA e que, logo em seguida foram corrigidas. Acredito que todos associados também mencionaram suas críticas a respeito da ação que foi...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok. Já que o senhor mencionou o Dr. Bandeira, que já depôs aqui, o Dr. Bandeira, em certo momento do seu depoimento, ele previu que a indústria farmacêutica poderia ceder ao Governo e ao... Pra concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra concluir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E ao Ministério da Saúde. E ele, de forma indireta — eu vou aqui... é uma interpretação minha —, eu entendi que havia pelo menos divergências presumíveis dentro da ABIFARMA, ou seja, ele dizia que não gostava do Governo, mas admitia que parte — eu não sei em que parte — da indústria farmacêutica poderia gostar do Ministro da Saúde ou do Ministro da Fazenda ou do Governo. Eu pergunto aos senhores: a ação do Ministério da Saúde, do Ministério da Fazenda, na opinião dos senhores, ela é adequada para a indústria farmacêutica, para uma política nacional de medicamentos para o Brasil? Eu pergunto ao Dr. João de Vasconcellos. É aleatório, aqui é ... é a segunda.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Bom, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Ministério da Saúde estão exercendo o seu papel. E o senhor sabe perfeitamente que recentemente foi criada a Agência Nacional de Vigilância. O que que essa Agência Nacional de Vigilância objetiva?

(Intervenção inaudível.)

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu sei, mas eu ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso eu sei. Se o senhor quiser falar de vigilância sanitária, o senhor fala da vigilância e não da Agência, senão nós vamos ter um grande futuro e um grande passado pela frente, sabe como é? Aí o senhor vai contar toda a história. Isso aí eu também sei. Eu quero saber o que o senhor acha da ação do Governo no que diz a preços e à qualidade de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu peço que conclua.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Exatamente a questão. A questão de qualidade quem cuida é o Ministério da Saúde. E cuida através de quê? Através da Agência, essa nova Agência de Vigilância Sanitária. Em relação a preço, é o Ministério da Saúde... é o Ministério da Fazenda, através da Secretaria de Acompanhamento, que tem acompanhado os preços da indústria farmacêutica nesses últimos dois anos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A resposta do senhor é que o senhor acha, então, que o Governo está cumprindo o seu papel?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Está fazendo ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor falou... veja, o senhor falou: olha, quem faz uma coisa é o Ministério da Saúde, quem faz a outra é o Ministério da Fazenda. Então, na sua opinião, o Governo tá fazendo a sua parte. Tá acompanhando o preço e tá cuidando da qualidade. É isso?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ok.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concluído. Com a palavra o nobre Deputado Márcio Matos.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Sr. Presidente, eu desejo fazer duas perguntas a todos, depois uma pergunta em particular pro representante da Boehringer, depois fazer uma reflexão e ouvir a opinião de todos. A primeira pergunta a todos é o seguinte: na opinião dos senhores, existe razão para a instalação dessa CPI no aspecto aumento excessivo de preços dos medicamentos no mercado brasileiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. quer que eles respondam imediatamente?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Não, vou fazer as perguntas primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Todas?

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então vamos anotar.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Os senhores, os seus laboratórios têm algum pedido de registro para que se faça o teste da bioequivalência ou biodisponibilidade no sentido dos laboratórios dos senhores lançarem genéricos no País?

Para o representante da Behring: o senhor sabe que o preço da importação dos insumos internacionais mantiveram-se mais ou menos estáveis, de acordo com os levantamentos que nós temos aqui, embora exista variação muito grande dos valores dos preços unitários desses insumos, quando importado de uma região ou de outra, como da China, da Índia, com relação à Europa e Estados Unidos. Isso nos foi dada alguma informação no tocante à pureza, a métodos de produção, essa coisa toda. Mas como pode os senhores justificar a importação do cloridrato de ambroxol, de 96 a 99, em que, comparado com a origem de países europeus, Itália, Espanha, era em torno de cento e cinqüenta a cento e sessenta dólares o quilo, e quando importados da matriz, a Alemanha, mil e quatrocentos dólares? Também

para a Behring: como se explica um determinado produto comercializado pelos senhores, de 94 a 99, ter um aumento da matéria-prima de 231% se o produto internacional praticamente se manteve no mesmo? Os custos indiretos de produção aqui colocado, ou mão-de-obra ou serviço de terceiros, depreciação, de 344% nesse período e o aumento com a propaganda e publicidade de 337% nesse período e fazendo, conseqüentemente, que esse produto chega a um valor excessivo para o consumidor. E a reflexão que eu faço a todos: vamos imaginar que esse País tivesse uma legislação em que o produto, o medicamento patenteado fosse comercializado como uma marca. Assim que o período da patente fosse extinto, aquela marca poderia continuar e, conseqüentemente, também o nome do genérico. E todos os demais — não existiria similar nessa suposição —, todos os demais deveriam ser comercializados com o nome de genérico. O que os senhores acham dessa possível legislação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputado. Vamos começar... Primeiro vamos fazer as perguntas gerais, rapidinho, não é, porque acho que são geralmente perguntas rápidas. Começamos aqui o Dr. Irapuan.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - A primeira pergunta, se existe razão para a CPI, eu entendo que a CPI está tentando analisar os preços, não já dizendo se não... Se é uma análise, não se quer dizer que os preços sejam ou não abusivos. Eu considero que, por uma análise de preços para procurar abusividade, não haveria razão, não considero os preços abusivos. Agora, uma análise eu acho que é um serviço à Nação de estar-se levantando para se ter todo o conhecimento do setor e se chegar a uma política séria para o setor. Na segunda, o meu laboratório, sim, tem registro, tem solicitação para o registro no que se refere à biodisponibilidade e bioequivalência. Nós estamos com quatorze produtos, como já informei, em fase final de colocação dessa documentação. No que se refere à reflexão de uma legislação, hoje em dia já o medicamento patenteado, quando ele termina, já daria chance de se ter outros produtos. A reflexão é: se não tivesse marca. Então seria marca. Bom, eu acho que o mercado vai correr pra esse tipo de coisa. Então é uma reflexão que é bem possível que aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim, eu acho que existe uma razão bem grande para essa CPI existir e também é dado uma responsabilidade a nós todos, por uma razão bem simples: existe uma dúvida, existe no mercado consumidor uma importantíssima dúvida por que foi feita reunião, o que está acontecendo com os preços. E nós todos vamos ser ganhadores para retirar as dúvidas. Então, por isso, eu acho bem importante o trabalho dos Srs. Deputados e é por isso que estou aqui para responder às perguntas. Falando de genéricos, nossa empresa não tem planos lançar genéricos no País. Responder ao pergunta se teria somente um original genéricos e não mais similares, isso seria a situação como existente agora nos Estados Unidos e na Europa. Mas isso não teria, necessariamente, para mim, que seria bom pelo País Brasil. Estamos aqui com uma empresa respeitando os leis e respeitando o estrutura que existe. E por isso eu gostaria ficar (*ininteligível*) para dizer somos aqui no País trabalhando num ambiente e gostaria continuar a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *Obrigado*, Dr. Thomas. Com a palavra o Dr. Javier Cantarell.

O SR. JAVIER CANTARELL - La CPI foi instalada não somente para analisar los precios e não foi instalada para analisar todo o funcionamento de mercado. E nesse sentido eu acho que la CPI está sendo muito válida, está cumprindo bem su papel, como análises de todo el funcionamiento del mercado farmacêutico brasileiro. E quanto ao pedido de registro, a Bayer não tem nenhum pedido de registro de genérico no Brasil. E quanto a la convivência, ou seja, las marcas ou genéricos, eu diria que los similares e los genéricos podem conviver bem no mercado sempre que los similares tenham a qualidade exatamente igual que los genéricos. Não creio que isso es una questão de marca, creio que es una questão de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr... Vamos pela ordem, Dr. Marcelo, pra responder às perguntas gerais. E se quiser também pode responder tudo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Em relação à existência da CPI, em geral não considero que há aumento de preços excessivos, podem existir aumentos de preços excessivos pontuais. Laboratório... No nosso laboratório não tem um pedido pra lançar genéricos atualmente, porém não exclui esse canal. Com relação às perguntas sobre o ambroxol, gostaria de dizer que o ambroxol é fruto da

nossa pesquisa e, por motivos de qualidade e de segurança no nosso produto final, nós compramos a matéria-prima da nossa matriz. A matriz define os seus preços de acordo com as normas da OCDE e, portanto, estão esses preços em linha com a legislação brasileira vigente. Eu não conheço a procedência nem a qualidade dos outros fornecedores, portanto, não posso responder por esses. Em relação ao aumento de preço do produto em questão, eu acho que o senhor estava se referindo ao Anador. Gostaria de lembrar que o Anador tem participação de mercado de 5% no mercado de analgésico, portanto, não pode exercer poder de monopólio e também não é o produto mais caro em sua categoria. Agora, quanto às questões técnicas, eu gostaria de ampliar essas explicações mais tarde por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ok. Obrigado. Com a palavra o Dr. Walter Ricca Júnior.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nobre Deputado, eu entendo que não nos compete analisar a razão ou não desta CPI. Ela veio num momento em que o mercado está muito conturbado por uma série de fatores. Não analisa só o aumento de preços, mas, como disse desde o início, a nossa posição como empresa é procurar colaborar pra que se atinja os objetivos da CPI. E, se constatadas eventuais distorções, que nós possamos ter a possibilidade de corrigi-las. Se nós temos pedido no sentido de lançar genérico? No momento não. Isso não significa que a empresa não considere esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Carlos Bara.

O SR. CARLOS BARA - Eu queria, antes de mais nada, dizer que essa CPI, no meu entendimento, tem sido muito útil, porque ela criou um grande, uma grande conscientização da população com relação ao assunto genéricos, o assunto similares, o assunto marca, e essa conscientização é o primeiro passo para a efetiva implantação de uma lei de genéricos no Brasil. Foi muito oportuna essa CPI. Segundo, eu queria dizer que — uma outra coisa — que nós todos, como brasileiros, temos que buscar uma solução pra esse enorme contingente de pessoas que não está tendo acesso a medicamentos. E todos nós, da indústria, sofremos muito com isso todos os dias. Então, é mais uma coisa que eu espero que o relatório possa aportar soluções. Nós não temos nada que se aplique (*ininteligível*) equivalência, que nossa linha é toda de produtos injetáveis. E, por último, eu gostaria de dizer que a proposta do senhor vai acontecer naturalmente,

quando as patentes caem, mas a maioria dos produtos já estão sem patentes. Só queria lembrar o senhor disso. Mas é evidente que os produtos vão tender a ter a denominação genérica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Sr. Deputado, eu vou ser bem conciso. Com relação a sua primeira pergunta, a resposta é afirmativa. Com relação à segunda, nós não estamos, no momento, ainda, entrando com nenhum pedido de registro de genérico. Pode ocorrer no futuro. E a convivência entre marca e genérico é perfeitamente possível.

(Não identificado) - Presidente, votação nominal.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Iniciou a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Tem a palavra o Deputado. Vamos concluir, Deputado. Depois vamos tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Só pra concluir, em suma, eu só queria ouvir dos senhores, então, que, realmente, os senhores concordam que existe um aumento abusivo dos preços dos remédios no País ultimamente.

(Não identificado) - Só um minutinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra pedir aos Deputados um minutinho pra nós tomarmos uma decisão. Concluiu, Deputado? Só quero que o Deputado conclua e, logo, eu quero abordar esse assunto.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu queria ouvir sim ou não. Na opinião deles, existiu aumento excessivo dos preços de medicamentos no País nos últimos quatro anos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, garanto que respondo por eles isso. Tem a palavra o Dr. Irapuan.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu já coloquei isso na minha... (ininteligível.) É claro que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELEN - A resposta é não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Javier.

O SR. JAVIER CANTARELL - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Walter.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Respondo pela minha empresa: não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. Carlos.

O SR. CARLOS BARA - Pela minha empresa também, respondo que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Não. Os preços são monitorados, acompanhados e previamente informados ao órgão competente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aí é uma questão de interpretação, doutor, não é? A pergunta que caberia é a seguinte: nesses dez anos de monitoramento, houve algum que tenha cometido um pecado? Ninguém foi punido. Então, os nossos laboratórios são tudo santo aqui. Desculpe a brincadeira, viu, mas é verdade. Monitoramento não é acompanhamento, não é nada, mas desculpe a brincadeira pra, pra... Eu queria consultar... Srs. Deputados, está havendo votação. Nós podíamos suspender por cinco minutos e voltar. Agora, como vão ter uma — só um minutinho — vamos ter uma série de votações, não seria, por acaso, melhor suspender por uma hora, uma hora e...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Fora do microfone.)* Esvazia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Esvazia? Então, como sinto o Relator e o Plenário com vontade, eu queria pedir escusas aos senhores, viu, queria pedir a cooperação dos senhores. Vamos suspender por cinco minutos. Voltaremos. Vamos dar uma folga aí. Enquanto isso...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - *(Fora do microfone.)* Fazer **cooper**. Vai e volta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Entendeu, né? Um descansozinho, então. Então, tá suspensa por cinco minutos. *(Suspensa a reunião.)* Convido os nobres depoentes a tomarem assento na mesa ou à mesa. *(Pausa.)* Vamos recomençar os nossos trabalhos. Estão todos os depoentes, nem todos os Deputados, mas está aí o próximo interlocutor. Deputado Fernando Zuppo, tem V.Exa. a palavra. Fernando Zuppo. Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Obrigado. Presidente, não dispare ainda que aconteceu um acidente aqui com o *(ininteligível)*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Quando V.Exa. achar que eu devo dar o **start**...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... é porque a situação aqui tá... crítica. Eu gostaria de iniciar as minhas perguntas ao, pelo representante da Abbott, o Dr. Irapuan. E eu tentaria aqui recordar alguns trechos das suas intervenções pra saber se é isso mesmo pra eu poder lhe fazer a pergunta, mas o senhor disse numa delas que esses preços de medicamentos, eles acabam sendo equivalentes em todos os mercados. É isso mesmo?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Equivalentes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ou seja, um produto vendido no...

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Isso. Deixe-me complementar em termos de... Por exemplo, dólares, uma desvalorização cambial é bem possível que aqui esteja até em termos mais baratos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas um produto vendido nos Estados Unidos por cem dólares, ele é vendido no Brasil por um preço equivalente.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Seria essa a idéia...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Essa seria a idéia?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - De custos, sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - De custos. Então, quem sabe esse medicamento, lá nos Estados Unidos, ele não seja um preço alto com relação ao poder de compra do americano, mas ele seria um medicamento de preço alto com referência ao poder de compra do brasileiro. Concorde com isso?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu volto a insistir que o estabelecimento do preço estaria feito em função do custo dele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Custo?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Pois é, mas eu andei observando aqui, inclusive uma planilha de preço, não importa qual ela, mas eu observo que os laboratórios, de uma maneira geral, eles colocam nessas planilhas, na elaboração desse custo, eles colocam, realmente, despesas que, às vezes, — quem sabe? — até nem caberia lá. Eu tive oportunidade de ver uma planilha de preços sua, de um determinado produto, onde está incluído lá, como despesa administrativa, a amostra grátis.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Consta lá como sendo. O senhor disse, no início da sua fala, de que o Abbott, ele faz aqui no Brasil, patrocina projetos educativos...

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... inclusive contra a AIDS, mas isso acaba fazendo parte do custo do medicamento também, ou seja, toda essa despesa, de uma maneira ou de outra, ele acaba compondo o custo de cada medicamento dentro da empresa.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Claro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Então, eu acho — e eu gostaria de ouvi-lo — que isso acaba fazendo com que o custo do produto acabe ficando alto. Como, no Brasil, o preço final de farmácia é uma consequência, não é, praticamente, ele é formado pelo laboratório produtor, então, nós temos aí uma elevação contínua: 18% das despesas do distribuidor é em cima desse custo do laboratório mais o lucro do laboratório e os 42%, né, os 30% da farmácia, que é um desconto por dentro e que acaba sendo 42% de lucro, acaba também sendo um lucro em cima desse custo. O senhor concorda com isso?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Concordo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Isso é assim lá nos Estados Unidos?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - A estrutura de preços nos outros lugares não tem essa margem de distribuidores, não tem essa conotação, porque essa fixação de margens é aqui. Possivelmente, em outros lugares... Nós estamos falando em equivalência de preços/fábrica. Eu não estava falando em equivalência de preços a, a ...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ao consumidor.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - ... ao consumidor. Então, a estrutura de custos de preços de consumo, aqui no Brasil, estabelece justamente essa margem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sei.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Enquanto, em outros lugares, a margem é livre.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O Ministro da Fazenda teve aqui, junto com o Dr. Considera, que é seu assessor pra esses assuntos, e disseram aqui

pra nós de que quem faz o preço do remédio é o mercado. O senhor concorda com isso?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu acho que é o mercado... parcialmente o mercado e, principalmente, os seus custos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E, principalmente, os seus custos.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Claro. Eu não posso vender produtos abaixo do meu custo, inclusive isso é ilegal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Alguns dos senhores participam de... Os laboratórios que os senhores trabalham participam de algum programa de fornecimento de medicamentos pra grupos especiais da população? O senhor? Pois não. Gostaria de ouvi-lo. Aonde e pra quem?

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim. Nós, deste início de ano, estamos trabalhando como Benfam(?) e isso é também para disponibilizar um linha de produtos na área de contraceptivos, um dos áreas onde nós estamos trabalhando. Nós entendemos também que não todo as pessoas aqui no Brasil podem comprar nossos produtos e, por isso, nós lançamos um linha de produtos com preços muito mais acessíveis, especialmente para também dar uma opção a uma outra parte da população, que até hoje nunca tinha cliente consumidores do nosso produto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E essa linha atende especificamente a que grupo?

O SR. THOMAS ENGELEN - Contraceptivos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Contraceptivos. E aí, então, em cima desse programa, é a venda por um preço especial?

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim, venda pelo preço especial. É um produto que é também com qualidade altíssimo e nós estamos, também acima de disponibilizar essa linha de produtos, estamos disponibilizando um quantidade gratuito pelo Benfarm.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Em que país?

O SR. THOMAS ENGELEN - É o Brasil. Estou falando do Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Do Brasil. Mas, em outro país, digamos um... Vou repetir, reformular a pergunta. Acho que fui mal compreendido. Por exemplo, alguns dos laboratórios, em outros países, principalmente, num outro país subdesenvolvido, trabalha com uma linha de atendimento a uma população carente? Por exemplo, um atendimento aos idosos, ou à mãe gestante, ou às

crianças, existe isso em algum país do mundo e os senhores operam em algum país com uma linha dessa ou não? Nenhuma? Ninguém? Ninguém conhece. Que é uma parte da proposta que a ABIFARMA trouxe aqui, não é, só que a ABIFARMA trouxe uma proposta genérica pra atendimento de 40 milhões de habitantes que não têm acesso a remédio, não é? E eu queria ver se existe algum exemplo que nós pudéssemos copiar pra atender, por exemplo, a população de idosos do Brasil ou, então, atender a mãe gestante ou, então, a criança, nessa faixa da população, que não têm poder aquisitivo pra compra.

(Não identificado) - Nos Estados Unidos tem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Os senhores não conhecem isso em nenhum país do mundo? Nenhum dos laboratórios trabalha com isso? Eu queria voltar a perguntar ao Dr. Thomas, da Akzo. Eu não entendi bem, mas o senhor falou que a Akzo não pretende trabalhar com genérico no Brasil?

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim. O Sr. Deputado está correto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É? E a Akzo vai bem no Brasil, ela tem apresentado lucros, resultados bons de balanço ou não?

O SR. THOMAS ENGELEN - Estamos trabalhando aqui, por muitos anos, com resultados variáveis.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sei.

O SR. THOMAS ENGELEN - Não é uma situação de constantemente uma situação porque o mercado também não é fixado, está mudado muito.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor acha que é possível viver neste mercado com custo de despesa operacional sobre a receita líquida acima de 90%?

O SR. THOMAS ENGELEN - Por ser meu português, mas não entende a pergunta.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É possível um laboratório trabalhar, no Brasil, com um custo total, custo total, ou seja, despesa operacional mais custo, numa faixa de superior a 90%?

O SR. THOMAS ENGELEN - Eu não posso dizer, eu não posso falar por outra empresas. Não pode dizer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Ah, não é o caso da Akzo?

O SR. THOMAS ENGELEN - Completamente dependente do ano. Nós tivemos o ano passado uma situação imprevista para... Eu acho quase todo

mondo. Os outros acabaram de ser rico. Nós não podemos definir o que vai acontecer.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Como que o senhor pretende trabalhar no mercado e concorrer com o genérico? Como é que o senhor vai concorrer com o genérico ou o senhor não tá nessa linha de produção?

O SR. THOMAS ENGELEN - Nossa razão de ser como empresa é de pesquisar, desenvolver novo produtos e disponibilizar essa inovação pelo mercado. Nós entendemos — isso é realidade hoje — que grande parte do mercado, mundialmente, são os genéricos, chegando também, no momento, no Brasil, mas nossa razão de ser não é isso. Nosso é **folk**, é desenvolver inovação. Isso, para nós, ou seja, nosso pensamento é isso daria também no futuro, dependente dos resultados positivos da pesquisa. Nós temos um risco grande aqui, mas dependente dos resultados positivos. Temos um futuro e temos uma razão de ser.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu perguntaria ao Dr. Marcelo: é, é... o mercado de medicamentos, ele é — digamos —, ele seria **sui generis**, porque o consumidor, ele não tem o poder de escolha sobre o produto que ele vai consumir. Quem determina o produto que ele vai consumir, na verdade, é o médico ou, então, o balconista da farmácia, certo? Seria aí um dos dois. Então, eu pergunto: o senhor acha, realmente, que esse mercado, ele é auto-regulável?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - A questão de escolha de um remédio é... sim, é uma questão muito séria. Eu acho que ela deve ser deixada ao médico. Não compete à empresa ou qualquer outra instância decidir que remédio prescrever para um paciente. E eu acredito que isso deva continuar para os produtos de prescrição. Em relação ao balconista, na realidade, quem tem a autoridade de fazer uma substituição genérica é o farmacêutico responsável na farmácia. Portanto é..., somente essas duas pessoas — acredito que, nos produtos tarjados, nos produtos de prescrição — deveriam ter o poder de decisão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Porque hoje o preço do medicamento no Brasil é totalmente liberado, não é? O senhor, quando quer apresentar, quando o senhor quer aumentar o preço do seu produto, o senhor faz lá uma planilha, explica as razões e manda pro Ministério da Fazenda. Mas isso é pra cumprir uma formalidade, porque o Ministério da Fazenda, ele não vai interpelá-lo sobre aquelas razões. Se ele achar que aquilo é abusivo, ele vai mandar pro Ministério da Justiça, pra que abra um processo contra o senhor por prática de

preços abusivos, o que me parece que pouquíssimas vezes aconteceram. Então, hoje existe uma total liberalidade, uma total liberação dos preços de medicamentos no Brasil. É isso?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu diria que aí que vem, realmente, o papel dos genéricos nesse mercado. É um mercado de empresas de pesquisa, um mercado de empresas similares. Então, como, nos Estados Unidos, esse vai ser o papel desses produtos, novos produtos que vão entrar no mercado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E como é que o senhor que vai concorrer com os genéricos? O senhor vai abaixar o preço do produto de marca?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Nós, como laboratório de pesquisa, em primeiro lugar, nós damos prioridade a produtos que saem do nosso trabalho de pesquisa e desenvolvimento. Como eu acho que já mencionei anteriormente, mas nós também não excluimos a possibilidade de entrar nesse mercado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não exclui a possibilidade?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não exclui.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não exclui a possibilidade. Mas não é uma vontade da empresa de participar. Estrategicamente, ela não tá armada pra isso.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Perfeitamente. Nós, a Boehringer não é , ela detém, ela, ela é décima nona empresa do mercado farmacêutico. Nós não temos o volume de capital que outras empresas dispõem pra investir em vários segmentos, em várias atividades ao mesmo tempo. Então a gente tem que escolher o momento certo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu perguntaria ao representante da Bayer por que os preços de importação de sais, matérias-primas importados por empresas nacionais são inferiores aos preços das matérias importadas por laboratórios internacionais?

O SR. JAVIER CANTARELL - No caso concreto nosso, são produtos investigados, pesquisados e desenvolvidos por Bayer. Então, o preço que Bayer coloca em seus produtos é baseado sempre no preço necessário para continuar as investigações, para pagar essas investigações, que representam uma fatia muito importante de custo, e para continuar pondo produtos novos no mercado. Isso é o

fundamental. Se existem outras matérias-primas de outros países que usam matérias-primas que já são genéricas também, mais baratas, eu não posso agora falar, não tenho os dados porque nós compramos de nossa casa matriz. Mas o objetivo pelo qual a Bayer se rege é produzir o suficiente ingresso para continuar na investigação, sacando novos produtos ao mercado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, em princípio eu tô satisfeito com as respostas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço a V.Exa. Desde logo, concedo a palavra à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores convidados, eu, nós ouvimos aqui de vários representantes de laboratórios uma palavra que é comum a todos, não é? Que a conduta da empresa de que V.Sas. representam é uma conduta ética. O laboratório investe em propaganda junto ao médico, investe em propagandas educativas, e eu tenho em mãos aqui uma cópia de uma propaganda, não só uma propaganda, o que é mais grave, um bônus do Laboratório Bayer, que é distribuído aos médicos e que concede um desconto de 50% no valor do medicamento Cipro. Eu pergunto ao Sr. Representante da Bayer, Dr. Javier, se ele isso acha ético e explicar como é que um laboratório consegue dar um desconto de 50%. O preço do produto é artificial ou a empresa está tendo prejuízo?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, o objetivo da bonificação é favorecer alguns pacientes que realmente não tenham acesso a comprar esse medicamento, ainda que receitado pelo médico. Então, nós damos esse bônus, que seria mais uma bonificação, um papel...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então a empresa tem prejuízo?

O SR. JAVIER CANTARELL - É, não, não temos prejuízo porque nós fazemos isso para uma parte pequena, uma parte pequena do (*ininteligível*) produto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor conhece a lei que estabeleceu os medicamentos genéricos no País?

O SR. JAVIER CANTARELL - Conheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor lembra da data da publicação da lei, o mês?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, não lembro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu lhe ajudo: é fevereiro de 1999. O senhor sabe quando é que saiu a regulamentação da lei?

O SR. JAVIER CANTARELL - *(Ininteligível)* ...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Em agosto de 99.

O SR. JAVIER CANTARELL - Hum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então o senhor acha ético também que no mesmo bônus do Cipro, que dá um desconto que o senhor mesmo falou, é uma bonificação, que os Laboratórios ABIFARMA condenou, dizendo que a prática da bonificação era o B.O., que poderia ser caracterizado como aquele que presta e serve só pra otários. Mas, enfim, no mesmo bônus está a seguinte inscrição: "Não troque esta receita. Importante". O senhor não sabe que isso contraria a lei, Dr. Javier?

O SR. JAVIER CANTARELL - Deixa eu clarificar primeiro. É diferente. Essas diferentes bonificações...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, mas eu tô falando agora da, do, do que está escrito: "Não troque esta receita. Importante".

O SR. JAVIER CANTARELL - Certo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ou seja, não é a prática de "empurroterapia" do laboratório junto ao médico?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Uma vez que existem outros medicamentos com o mesmo princípio ativo, que é a Ciprofloxacina, sendo comercializado no mercado brasileiro?

O SR. JAVIER CANTARELL - Mas com esse desconto, o preço fica similar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E o senhor não sabe que é proibido esse tipo de propaganda, de carimbos, de impressos proibindo a troca da receita?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, isso já foi feito antes...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, não. Validade: promoção válida até 31 do mês 12 de 1999.

O SR. JAVIER CANTARELL - Hum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor, se for feito antes da Lei de Genéricos, deveria ter tirado do mercado e não uma promoção dessa estar válida até dezembro de 1999.

O SR. JAVIER CANTARELL - Correto. Esse carimbo já faz muito tempo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu agradeço a sua resposta. Eu gostaria..., eu até peço desculpa porque são muitos os questionamentos e muitos laboratórios. Eu pergunto aos senhores, poderia até ser um a responder, pode ser o representante da Eli Lilly. É... os senhores, se bem que uma pergunta genérica, talvez muito individual, mantém Assessoria Parlamentar nessa Casa, no Congresso Nacional?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Nossa empresa não mantém Assessoria Parlamentar nesta Casa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Os senhores não desenvolvem nenhum tipo de Assessoria Parlamentar?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Nesta Casa? Desconheço.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Nem através de entidade da qual os senhores participam?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Entidade?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Entidade.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Poderia citar alguma entidade?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual entidade que a sua empresa é filiada, associada?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Nós somos associados a várias entidades.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Uma delas.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - ABIFARMA.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, ABIFARMA.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - *(Ininteligível.)*

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sim, ABIFARMA, vamos chegar na ABIFARMA. Ela desenvolve trabalho de Assessoria Parlamentar?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - A ABIFARMA ela, ela tem todo um organograma e nesse organograma realmente ela tem essa atividade e essa atividade ela contrata em função de decisão do Conselho Diretor.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor sabe quanto a ABIFARMA gasta com Assessoria Parlamentar?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu não tenho idéia.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é, segundo os dados da própria Associação, ela gasta, é o segundo maior gasto, é o segundo maior gasto, só perde pra pessoal. Gasta 10%, gastou no ano de 1999 com Assessoria Parlamentar. Qual o interesse das empresas? Que a ABIFARMA não é uma entidade solta, é uma entidade que representa os senhores, são os senhores que contribuem para a ABIFARMA. Qual o objetivo de tamanho gasto junto ao Parlamento brasileiro em Assessoria Parlamentar? Segundo maior gasto da Associação, que V.Exas. mantêm. Alguém poderia responder?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu vou tentar, eu vou tentar responder à Sra. Deputada com relação ao contato com Parlamentares. É exatamente no sentido de ter uma atividade pró-ativa. Você pode propor leis. Você pode propor modificações de leis. Você pode propor que a carga tributária existente, ela seja reduzida. Essas são algumas das atividades que efetivamente podem ser feitas, contribuindo efetivamente para o aprimoramento da legislação brasileira. Essa é uma atividade perfeitamente legal e perfeitamente necessária.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Os senhores mantêm um **lobby**, os senhores mantêm um **lobby** aqui dentro.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - **Lobby**?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Um **lobby**.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu desconheço. O que eu posso dizer são os contatos, contatos que amanhã podem ser feitos, exatamente com a senhora, no sentido de um aprimoramento de uma legislação. Isso seria impossível? A senhora, por exemplo...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor participa de um conselho... O senhor não pode me questionar, quem está aqui para ser questionado é o senhor. O senhor faz parte do conselho, a sua empresa, do Conselho da ABIFARMA, certamente?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Não, a ABIFARMA, ela tem a sua composição paritária...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor faz parte do Conselho da sua empresa? Porque eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um pedido.

(Não identificado) - Não.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É, que fosse remetido a qualquer um, qual dos laboratórios que fazem parte do Conselho, dos presentes? Certamente, Boehringer deve fazer. Gostaria que fosse enviado pra CPI a relação dos assessores parlamentares da ABIFARMA. Pois não? E eu pergunto ao representante do, ao senhor, ao senhor, continuando, o senhor contribuiu para a campanha da ABIFARMA, pra desacreditar os genéricos, que é assim que nós classificamos aquela campanha que o senhor classifica como uma campanha educativa. O senhor contribuiu, a sua empresa, com quanto?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Bom. A campanha dos genéricos, nós temos uma posição totalmente divergente. A campanha dos genéricos foi necessária no momento...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor contribui com quanto, a sua empresa?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - A participação das empresas que integram a ABIFARMA, ela está em função do seu faturamento, então a contribuição mensal...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O valor? Não, para a campanha dos genéricos.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu não, eu não tenho idéia, eu não tenho idéia do valor. Eu estou apenas dizendo qual é a sistemática. A sistemática é essa.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas não houve uma contribuição extra?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Houve, exatamente. Como é que ela ocorreu? Ela foi feita em função, primeiro, de uma decisão do Conselho Diretor, depois dessa decisão, ela foi objeto de aprovação por uma assembléia e, conseqüentemente, sendo uma aprovação, obriga todos os

componentes da Associação. E a forma pela qual essa cobrança foi efetuada é em função exatamente dessa proporcionalidade a que eu falei anteriormente.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É, o representante do Boehringer saberia dizer qual foi a contribuição extra pra campanha que a ABIFARMA desenvolveu em relação aos genéricos?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Em primeiro lugar, eu acredito que a Boehringer não faz parte do Conselho.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor é o quê da Boehringer?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu sou Diretor Financeiro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois é. A Boehringer... Ah, pois não, desculpa...

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Quanto à quantia, eu não tenho esse valor aqui. Eu posso, posso dar uma olhada nos nossos livros, mas eu não me lembro de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor confirmaria um valor de 288 mil reais?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não posso afirmar. Não posso.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Eu gostaria agora de entrar na questão do superfaturamento, que eu considero um assunto extremamente delicado. Vários colegas já fizeram questionamentos a respeito disso. Eu quero dizer que quanto mais nós discutimos, mais eu fico convencida de que a defesa, né, pra garantir o superfaturamento, pra explicar o superfaturamento em relação à qualidade, em relação a gastos com P e D, realizados fora do País, para o desenvolvimento daquelas matérias-primas, acho que não convence em absoluto. E pior: o nível de superfaturamento tem onerado de forma artificial e demasiadamente o custo do medicamento pra o consumidor, eu não tenho a menor dúvida. Aí, eu dirijo é, é, uma pergunta é, aos senhores em relação ao superfaturamento. Nós temos várias tabelas aqui. Uma delas seria do Laboratório Boehringer, que fala do Ambroxol, o Ambroxol — superfaturamento de 1.262%, 1.262% — pagou o quilo, em 1999, do Ambroxol: 1.473 dólares, enquanto que Aquinol(?), Laboratório grande, multinacional, pagou, pelo mesmo produto, o quilo: 151 dólares. Então, veja, tem outro produto do Laboratório Bayer, do Laboratório Bayer, que é o Parazicoantel (?), Parazicoantel. O Laboratório Bayer é, é, importou esse insumo,

esse princípio ativo, a 1.825 dólares o quilo; o Laboratório Merck, Merck, não é outro, o Laboratório Merck importou o mesmo produto a 679 dólares o quilo; enquanto que CIBRAN, Companhia Brasileira de Antibióticos, importou o mesmo produto a 120 dólares. Então, é algo que nós não podemos aceitar. Nós não podemos aceitar de forma nenhuma porque interfere, interfere no preço do consumidor. E na minha opinião, não sei a CPI, nós começamos a analisar os dados ainda, eu acredito que os senhores, as empresas, não têm pago ao fisco brasileiro o quanto deveriam pagar, o quanto deveriam pagar. Mas, enfim, aí eu perguntaria, mais uma vez, ao representante do Laboratório Boehringer, que também falou em qualidade dos produtos, da matéria-prima, em relação ao Anador. Disse que é um produto muito bom, garante qualidade. Mas como é que o senhor diz que é um produto muito bom, que garante a qualidade da empresa, que viria da matriz, se nós temos aqui um demonstrativo do próprio laboratório que mostra que a importação da Dipirona, que é a base do ANADOR, vem da China? Por que que vem da China?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - No, Sra. Deputada, no caso da, da, do ANADOR, a substância não é pesquisa da Boehringer, portanto compramos a matéria-prima de terceiros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, cai a tese da qualidade, pelo menos no Anador.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não, inclusive...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O padrão da empresa...

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu gostaria até de citar um, um fato concreto que até 1995, — se eu não me engano — nós tivemos vários problemas com a qualidade desse produto, tanto que em junho de 97 nós mudamos de fornecedor na China. Quer dizer, essa mudança se deveu a problemas na qualidade do produto.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E por que que o produto é 100% mais caro do que o preço internacional, a Dipirona? O preço no mercado internacional 90% dos importadores do País, laboratórios ou importadores pagam em torno de 5, 5 dólares e pouco. Os senhores pagam 10, o Laboratório Hoechst paga 16; ou seja, o Laboratório Hoechst poderia dizer que o seu é de pior qualidade porque eles pagam 16, os senhores pagam, é, pagam 10.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu não posso responder aqui todas as questões técnicas. Eu só sei que os nossos técnicos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas eu acho que essa sua observação, que vem da China, de um fornecedor que não é diretamente vinculado à Indústria Boehringer, isso pra nós é importante, porque desmonta, desmonta toda aquela concepção de que é mais caro por conta da qualidade, ou que é mais caro por conta da reposição dos gastos com P e D. Não podemos discutir isso, essa socialização, em produtos que já perderam patentes há muito tempo no Brasil e em grande parte do mundo. Mas ainda ao laboratório, ao Laboratório Boehringer, ainda sobre o Anador, sobre o Anador. Voltando à questão da ética, que os senhores dizem que é ético, e o Deputado Zuppo levantou muito bem essa questão. Seria magnífico, quem ouve um discurso, faz propaganda junto ao médico, como se não tivesse aquela tabelinha — "Proibido trocar a receita." —, como se fosse tudo perfeito dentro dos laboratórios multinacionais. Mas temos aqui a planilha de dezembro de 99, do Anador. É, o peso da Dipirona Sódica, que é o princípio ativo, representa 6,6% do preço de fábrica do produto. Amostra grátis — olhem a palavra, senhores: amostra grátis. Ela deveria ser grátis, mas de grátis só tem a palavra, que ela tá aqui na planilha. Amostra grátis, o senhor saberia dizer quanto gasta no Anador? Certamente não, né? Mas amostra grátis: 6,1%. Gasta 6,6% com a matéria-prima do medicamento que está sendo produzido, o insumo, o princípio ativo, e 6,1% com amostra grátis. Isso, Dr. Marcelo, é uma conduta ética? Inflar, cobrar de toda a população, daquela que não tem dinheiro para pagar? É ético, o senhor acha?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu gostaria de fazer um comentário em relação aos preços da Boehringer. Novamente, o Anador, em sua classe, não é o produto mais classe, mais caro. Inclusive o laboratório como um todo, eu não sei, quando no início da minha apresentação citei que nós estamos quarto lugar em unidades e oitavo em valores. Nós temos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, o senhor imagina, o problema com os outros é mais grave ainda.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu não posso responder pelos outros.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor acha ético — foi essa pergunta que eu lhe fiz — o peso da amostra grátis ser o mesmo do preço da matéria-prima?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu gostaria de...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E olha que a matéria-prima está superfaturada, hein? Se tirarmos o superfaturamento, amostra grátis pula lá pra cima.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Atividade de pesquisa, ela exige um lucro. Em relação a...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Mas o senhor disse que a Dipirona não tem mais nada a ver com pesquisa.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim, mas nós somos um laboratório de pesquisa. Nós temos que financiar essas pesquisas...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Os senhores fazem pesquisa no Brasil?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Nós fazemos pesquisa de Fase 4 aqui no Brasil.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Quê que é pesquisa de Fase 4?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - É, são pesquisas, acredito eu, não sou técnico nessa área, novamente, de já no público, no paciente final.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - No paciente final.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Desenvolvem produtos novos aqui?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não, mas a Boehringer inclusive...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor acha que é aceitável dizer que faz pesquisa, tendo aplicado em P e D, em 1997, 98, pouquinho mais de 500 mil reais em P e D, em pesquisa.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não, mundialmente nós investimos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, eu tô falando do Brasil. Nós estamos no Brasil!

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim, mas os produtos que nós pesquisamos são distribuídos mundialmente. Nós não temos laboratórios de pesquisa em todas as unidades.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O senhor pesquisa, ainda pra concluir Sr. Presidente, ao representante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pra concluir. O representante do Laboratório Abbott, que eu lembro, recorde da intervenção inicial dele, dizendo que iria investir 1 milhão de dólares em P e D, em pesquisa, e que seria aproximadamente 2 milhões de reais. Isso será o investimento ou é o investimento?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - É, o nosso investimento mundial em pesquisa e desenvolvimento: 1 milhão de dólares.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E no Brasil?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Nós não temos pesquisa dessa... No Brasil nós só temos pesquisa também de Fase 4.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não tem pesquisa no Brasil. Eu só queria, Sr. Presidente, pra finalizar, de, se V.Exa. deferir, eu gostaria de solicitar algumas documentações dos laboratórios que aqui estão. Certamente eles não saberiam responder. Quais os preços que, quando a importação do produto se dá matriz e filial, ou seja, entre empresa é, é, vinculada, qual o preço é que as matrizes efetuam é, em outros países para, em relação aos insumos, digamos da Dipirona, da Boehringer, para o Brasil vem até 10 dólares o quilo, e pra outro país, a quanto vai? Acho que seria importante isso: indicar o preço que vem pra o Brasil e quanto que, é, o preço é praticado em outros países. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Deputada. Com a palavra o nobre Deputado Padre José Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, senhores que estão aqui depondo neste instante, naturalmente eu assisti com atenção e houve uma preocupação dos senhores dizerem que o controle do preço quem comanda é o mercado, o mercado é que dá o preço. Se

bem que ache que nós estamos ultrapassando essa filosofia. Eu acabei de ler agora um artigo de Henry Ford, ele vai dizer, ele está dizendo o contrário, quem vai comandar agora... não é mais o mercado que vai comandar o preço, é o preço que vai comandar o mercado. Mas isso é uma questão teórica, né, que nós não estamos aqui para discutir. A minha pergunta é a seguinte: nós estamos... ontem, nós tivemos uma audiência pública com o Dr. Vecina, o nosso Presidente da nossa agência de vigilância sanitária. Ele nos disse o seguinte: que até o fim do ano estaremos com 120 genéricos já entrando no mercado. Então eu pergunto aos senhores: se naturalmente vai entrar esses genéricos — nós tivemos o caso agora do Antak com a que é a Ranitidina, né, que o Teuto começou com outro laboratório e que deu um abatimento de mais ou menos de 50, 60%. Pergunto se os senhores estão cogitando de começar a produzir, porque o Akzo disse que não, não tem, a Bayer também não, não sei se o Eli Lilly tem algum produto entrando já para o genérico. Então, eu pergunto, os senhores não estão já, grandes laboratórios, sabendo que o mercado do genérico vai realmente prosperar neste País? Não existe nenhum projeto dos senhores começarem a entrar dentro do mercado? Seria essa a primeira pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pergunta a todos ou a alguns.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não, seria para eles dizerem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quer que respondam logo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Seria interessante. São três perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu acho que eles já responderam essa pergunta, porque aqui só tem um laboratório desses à mesa... esse à mesa é o único, é o Abbott que disse que tem..., como é que se diz...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Quatorze...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quatorze.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ... produtos que vão entrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os outros disseram que não têm interesse por enquanto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sim, mas eu pergunto se eles, que estão dentro do mercado e que estão disputando o mercado se não cogitam em produzir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, enderece a pergunta, sim ou não. Começa... A Abbott já respondeu. Com a palavra o Dr. Thomas.

O SR. THOMAS ENGELEN - Sim, como já tentei explicar, nós acreditamos que o nosso papel, nosso **folk** deve ser inovação, trazer novos produtos. E nós não temos os recursos para dizer: vamos também tentar fazer uma outra... criar uma outra **expertise**. Existem também muitas empresas que têm essa **folk** de genéricos. E por que não é... deixar provavelmente não é palavra correto, mas por que não, é, é, é, é, se é certo que os **experts** na área de genéricos vão desenvolver genéricos e de nós continuar ter esse **folk** para trazer inovações. Isso é nossa filosofia, nossa razão de ser não é genéricos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sim, porque eu penso que na Alemanha... O senhor é alemão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É holandês.

O SR. THOMAS ENGELEN - Sou holandês.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Holandês. Mas é ali perto. *(Risos.)* Na Alemanha tem genérico. Na Alemanha, o produto lá é o genérico. Estudei lá na Alemanha e o produto lá é o genérico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em todo o mundo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Então, eu pergunto por que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em todo o mundo. Todo mundo desenvolvido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Então eu pergunto por que ...Em todo o mundo é genérico. Eu não entendo porque aqui há uma resistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas há alguns... mas há uns laboratórios que primeiro tem resistência específica no Brasil. Segundo, há uns que só trabalham com pesquisa mesmo. Há alguns laboratórios internacionais que têm prática. Agora, não quer dizer que talvez não seja só no Brasil. Tem a palavra... ou V.Exa. quer continuar ouvindo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu quero, eu quero ouvi-los, porque eu tenho outra pergunta que vai depender dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só pediria que fôssemos rápido, porque senão eu tomo o tempo de V.Exa., né? E eu sei que V.Exa. tem muita pergunta.

O SR. JAVIER CANTARELL - Nós, na qualidade... atualmente, não temos projeto imediato de genéricos, mas não descartamos a possibilidade de um dia ter genéricos também no Brasil. Acho que isso no mercado quer a estudar está começando, não descartamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Javier. Com a palavra o Dr. Marcelo Moojen Epperlein.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Os genéricos é uma realidade e nós, portanto, não podemos excluir esse mercado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não exclui, mas não fabrica. Obrigado, Dr. Marcelo. Com a palavra o Dr. Walter Ricca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Como disse anteriormente, no momento nós não temos planos de genérico. Isso não significa que não consideramos a possibilidade de lançar genéricos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Walter. Com a palavra o Dr. Carlos.

O SR. CARLOS BARA - Deputado Linhares, nossa empresa já atua no mercado de genéricos, uma vez que nós vendemos os produtos em hospitais pela denominação genérica. E queria lembrar a Dra. Vanessa Grazziotin, a Deputada, que nós não fazemos parte da ABIFARMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Carlos. Com a palavra o Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Bom, o genérico foi introduzido no Brasil recentemente, nós estamos avaliando o mercado e estamos estudando a viabilidade da produção de genérico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Continua V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sábado passado..., estou falando em fatos, tivemos uma reunião, em São Paulo, onde estavam os laboratórios brasileiros. E os laboratórios brasileiros que estão colocando os genéricos dentro do

mercado estavam a nos dizer — era um seminário sobre medicamentos — que certamente, num espaço de tempo muito curto, eles, as empresas multinacionais, eles não teriam fôlego para suportar a pressão das empresas internacionais que iriam, certamente, adquiri-los. Então, eu pergunto se nem dentro das cogitações dos senhores já está essa cogitação de absorver o mercado brasileiro das nossas indústrias de fármaco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem que V.Exa. quer que responda?

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Eu queria saber qualquer um deles que... são todos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que vai responder em nome de todos? (Risos.) Mas eu... Então vamos conversar aqui, se ninguém quer responder, cada um responde por si, o que eu vou fazer. Estou querendo é... essas perguntas que a gente sabe mais ou menos.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - O senhor está perguntando se nós estamos pretendendo eliminar o mercado nacional de medicamentos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - É, fazer aquilo que a gente conhece, né? A indústria chega e depois a pobre da outra é pequena, né? Nós conhecemos essa história no Brasil é... já é conhecida. E agora, que esse mercado vai-se abrir, as indústrias que estão sendo pioneiras, aí depois vem a indústria grande, tem dinheiro, compra, aí pronto, desapareceu a indústria nacional e vamos voltar para o mesmo capítulo anterior. Os medicamentos nunca vão ser controlados porque os preços vão estar sempre em cima. É essa a idéia.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Nós estamos no mercado há mais de sessenta anos. Nós não temos a intenção de comprar laboratórios nacionais, inclusive achamos que a concorrência dos laboratórios nacionais é muito útil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tão pequena e útil, hein? Vamos lá. Com a palavra o próximo orador, o Dr. Thomas Engelen. desculpe a brincadeira, mas...

O SR. THOMAS ENGELEN - Concorde completamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem a palavra o Dr. Javier.

O SR. JAVIER CANTARELL - Eu só queria lembrar que um dos maiores laboratórios do Brasil, esse laboratório nacional, que é o Aché. Então, pode ser... poderia ser que a Aché comprasse a Bayer (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pode acontecer mesmo. Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Essa é uma decisão corporativa. Dificilmente há entrada no mercado de genérico, dificilmente a gente consegue tomá-la no mercado local. Eu acredito que tenha exemplos em outros países onde isso não ocorreu, nos Estados Unidos, onde você tem grandes empresas de genéricos. Não necessariamente isso possa acontecer. Eu acho que é uma grande oportunidade pra a empresa..., pra a indústria nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Walter.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - No caso da nossa empresa, não existe essa intenção. Eu só me permito agora, falando pessoalmente. Quer dizer, se nós temos aí... eu sou empresário e tenho condição de abrir. Está-se abrindo pra mim no mercado um filão novo de medicamento genérico. Eu, particularmente, não venderia a minha empresa, eu apostaria na minha iniciativa neste novo mercado, que está abrindo, e como dissemos aqui, talvez uma grande parte da população que não tenha acesso a medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Nós convivemos com genéricos em diversos países. A nossa empresa não comprou nenhum laboratório nacional onde esses genéricos existem nesse país.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - A última pergunta, Sr. Presidente, acho que todos já falaram, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra, Deputado Padre Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Só mais uma pergunta. Considerando que esta Comissão já chegou a uma conclusão de que realmente os preços, embora que os senhores não achem exagerados, mas nós achamos, nós da Comissão estamos vendo que dentro de um cenário que nós conhecemos muito

de perto, já aludido aqui, onde 40 milhões de brasileiros se encontram excluídos do consumo do medicamento necessário e que o medicamento, infelizmente, é tratado, até pelo Governo, — já foi dito aqui nesta Comissão — como se fosse um produto como outro qualquer, eu lhes pergunto: com esse trabalho que está sendo feito por esta Comissão, existe algum estudo para os senhores diminuïrem os seus lucros e colocarem, como quer a ABIFARMA, dentro do mercado produtos mais baratos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra os senhores expositores.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Difícil responder a sua pergunta. Realmente, nós estamos no mercado por uma atividade, fazemos investimentos. Estamos desenvolvendo pesquisas para ter alta tecnologia. Para que haja essa alta tecnologia, temos que ter mão-de-obra especializada, muito bem treinada. Então, realmente, nós precisamos ter rentabilidade para poder dar continuidade a um desenvolvimento e ter uma coisa boa para o mercado. No que se refere a diminuir no projeto da ABIFARMA, eu acho que nós podemos para uma parte, se nós formos parte, parceiros de um grupo, nós podemos, sim, sentar e pensar no que fazer. Essa pergunta já foi feita e nós já respondemos afirmativamente. Então, nós estamos dispostos a sentar e fazer parceria. Agora, não acredito, a minha empresa pelo menos não acredita, que seria uma coisa única da empresa, tem que ser alguma coisa, porque o papel principal é o papel do Governo. Então, nós somos uma empresa, estamos buscando realmente o lucro. Então a parceria seria útil para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem mais deseja se manifestar sobre a matéria? Dr. Thomas?

O SR. THOMAS ENGELEN - Basicamente, concordo com o meu colega. Acima disso, órgão escolheu o caminho de disponibilizar um gama de produtos muito mais barato para servir, disponibilizar para outro grupo de pessoas. Mas concordo também, inovação vai também trazer os genéricos amanhã. Temos esse papel também. São as duas partes da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Dr. Javier?

O SR. JAVIER CANTARELL - Eu concordo também basicamente no projeto ABIFARMA ou ABIFARMA Governo para fornecer medicamentos mais baratos. Estaríamos plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu acredito que um projeto como esse que foi proposto seria uma das grandes contribuições desta CPI de Medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Walter Ricca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nada a acrescentar ao que foi dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. Carlos Bara.

O SR. CARLOS BARA - Nós também apoiamos qualquer iniciativa de Governo, indústria e outros parceiros para melhorar o acesso da população carente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Com a palavra o Dr. João Augusto.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELOS - (Ininteligível) há cerca de algum estudo a respeito e a resposta é negativa. Nós não temos nenhum estudo a respeito dessa matéria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, primeiramente, eu queria aqui entender... estou com uma série de dados aqui, mas eu queria entender, primeiramente, a Bristol. O que é que está acontecendo com a Bristol? Nos últimos anos ... Por que é que essa remessa de lucro da Bristol tem crescido de forma tão... para o exterior, remessa de lucro para o exterior, tem crescido de uma forma tão exponencial? De 95... os dados que eu tenho são de 95 até 99... saiu de um patamar de 20 milhões/ano e está num patamar de 80 milhões/ano. O que é que está acontecendo com a Bristol?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o nobre expositor, Dr. Walter Ricca.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Já que o senhor defendeu que o livre mercado, tudo, o não controle de preço e o que é que é isso? De um patamar

de 20... A economia está.... né, nosso País está vivendo a economia razoavelmente estabilizada e parte num patamar de 20 para 80.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Ah, nós... mais uma vez eu gostaria de ressaltar ao nobre Deputado que todas as remessas que fazemos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu não tô perguntando se é legal ou ilegal não, tô querendo saber o que é... é legal tem que ser...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ... passa pelo crivo do Banco Central.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ... as ilegais é que estamos atrás.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós melhoramos o nosso faturamento. Esse faturamento foi melhorado à custa de uma melhoria de produtividade da empresa. A partir de 92, Deputado, lançamos quatorze novos produtos no mercado brasileiro...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tô falando, Dr. Walter... eu tô falando no período só de 95...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ... que melhoraram...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O meu patamar que eu tenho aqui é 95. Então, 92... Eu quero saber o que é que existiu de 95 até 99.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - O patamar que eu tenho: 95, 34 milhões de reais...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tô com 23 milhões de dólares.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ... e, em 99, 134 milhões.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Em 99 ...?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Cento e trinta e quatro milhões de reais. Nós não podemos...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tô em dólar, ele tá em real.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós não podemos esquecer o seguinte. A remessa ao exterior ela é feita em função da deliberação dos acionistas. Vale dizer o quê? Uma parte desse lucro, que estamos mencionando nesse período, ele vem de períodos anteriores. Quer dizer, eu tenho reservas de lucros acumulados e em determinado momento eu decido por remeter ou não remeter essas quantias, não é? Esse é um componente que deve ser levado em consideração. O outro componente, Deputado, é, como lhe disse, a melhoria da rentabilidade da empresa, o lançamento de novos produtos, lançamos quatorze produtos de 92 pra cá...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Não é isso, Dr. Marcelo, que eu tô perguntando...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Então, por favor, eu gostaria de entender pra poder esclarecer.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu tô perguntando... o senhor parte... se o senhor tá num patamar de 20 milhões de dólares, tem uma queda, em 96, para um patamar de 12 milhões, volta ao patamar, de 97, de 20, em 98 tem um patamar de 65, em 99 atinge um patamar de 80 milhões de dólares. Portanto, em quatro anos, e é exatamente os quatro anos onde existe o abuso de preço e essa denúncia da formação de cartel, exatamente coincide com esses dados da... A Bristol é um bom exemplo de que a remessa de lucro dos preços dos medicamentos do Brasil ela parte... exatamente triplicou os preços dos medicamentos do Brasil nos últimos dez anos, V.Sa. sabe disso, e o Bristol exatamente ele faz mais do que triplicar, porque ela quadruplica os preços, as remessas de lucro para a sua matriz.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Olha, eu posso lhe dar um dado que deve ser considerado. O próprio Governo encomendou à Unicamp um estudo sobre o aumento ponderado dos preços no período de 95 a 98. Enquanto o índice inflacionário foi de 35%, esse mesmo estudo mostra que os nossos aumentos médios de preço foram de 22,8%. Esse não é um estudo, Deputado, que eu fiz internamente, eu estou pegando um dado, que foi encomendado pelo próprio Governo a...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor me respondeu já, ô, doutor. Eu tenho aqui outras questões... O senhor me respondeu. O senhor não tem resposta para um aumento... que os produtos foram lançados anterior a 95. Não tem resposta... quadruplicou a remessa de lucros, mostrando pra onde é que tá indo esse dinheiro todo. Eu queria perguntar ao Laboratório Abbott. Nós estamos aqui com o produto Bufedil, que é um hipotensor. Ele teve uma redução... o preço do insumo do buflomedil, que é o princípio ativo do Bufedil, teve uma redução de insumo de 111% em dólar, 111%, 111,32 no mercado internacional. Esses dados são do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior. E nós temos um aumento do Bufedil, um aumento do Bufedil em 169% nos últimos cinco anos, 169%... O Bufedil saiu de 7,41 centavos para 19,98. Como é que o senhor explica isso?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu precisaria acompanhar esses dados e de fazer um estudo a respeito e trazer.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor não explica, então. Sinceramente, Presidente, cada vez que nós perguntamos nós não encontramos nenhuma resposta. Eu procuro nos dados... Então, não tem explicação. É um superfaturamento nunca visto. E agora a Bayer. Vamos à Bayer. A Bayer... nós estamos aqui com uma situação no seguinte. A Bayer, para quem não sabe, ela está entre as empresas que teve... É a empresa que teve o maior faturamento dos anos 97/98, não é isso? Confirma, no Brasil?

O SR. JAVIER CANTARELL - Não. Não confirmo, não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Qual foi o faturamento da Bayer, Dr. Javier?

O SR. JAVIER CANTARELL - O faturamento da Bayer, em 99, foi 110 milhões de reais na área farmacêutica.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu estou aqui com um dado da Bayer que me assustou. São as despesas... outras despesas não operacionais. Como é que o senhor classifica essas outras despesas não operacionais? Que despesas são essas?

O SR. JAVIER CANTARELL - De que produto?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - No balanço da Bayer está... existem outras despesas não operacionais... é como o balanço de todas as empresas, e é um crescimento de... significativo. O que são essas outras despesas operacionais que tiveram um crescimento tão significativo?

O SR. JAVIER CANTARELL - Realmente não podia contestar. Desconheço (*Ininteligível*)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor desconhece que o balanço da Bayer... que a Bayer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Sérgio, vou interromper V.Exa. Estamos na terceira votação. E eu queria interromper por cinco minutos. Nós iríamos lá, votaríamos, entendeu, tá faltando **quorum**, e voltaríamos imediatamente para concluir os nossos trabalhos. Vamos dar mais uma folga aos nossos depoentes, entendeu, e voltaremos imediatamente. Está suspensa a reunião por cinco minutos. V.Exa. continuará... V.Exa. já usou oito minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Está bem.

(A reunião está suspensa.)

(Pausa na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estão reabertos os trabalhos. Convido os senhores depoentes a tomarem assento à Mesa para prosseguirmos, encerrando esta sessão. Temos poucos oradores inscritos. Tem a palavra, para concluir seu tempo, o nobre Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu vou aqui no famoso **capital** (*Ininteligível*) do Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah... também gosta do **capital** (*Ininteligível*)? Somos dois.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Aderi, pela idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Isso não tem nada a ver com idade, até nem uso **capital** (*Ininteligível*), mas é um exemplo interessantíssimo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O Capoten é fabricado pelo Bristol, Laboratório Bristol. Então, vamos voltar ao Laboratório Bristol. Só pra dar uma noção à CPI e aos que nos assistem, ao povo brasileiro, à imprensa, a mão-de-obra direta do custo do Capoten é 0,2%. Portanto, aquela história de que a mão-de-obra do Brasil é muito cara e que nós precisamos retirar dinheiro... direitos trabalhistas para empregar mais trabalhadores... Olha só... a mão-de-obra direta é 0,2%, a matéria-prima importada, é claro que ela aqui está superfaturada, está com 67,8%, e nós temos aqui... O que salienta mesmo é... são as despesas comerciais do Capoten: custa 26,9%. Eu queria perguntar ao Dr. Walter Ricca, do Laboratório que produz o Capoten, que despesas comerciais são essas que chegam a um quarto do preço do produto? Só mais uma pergunta, Presidente, essa ao Laboratório Bristol e uma ao Laboratório Boehringer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Walter Ricca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós encaminhamos aqui uma... a esta Comissão uma planilha de custos do Capoten, conforme foi solicitado. E nós temos aqui um dado das despesas comerciais, que giram em torno de 15% do custo total do produto. Desculpe, Deputado, eu só... tentando partir de um mesmo patamar que V.Exa....

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tá. Na remessa de lucro estivemos perto. Agora... é o mesmo documento da Bristol... eu tô com o documento da Bristol encaminhado à CPI... Capoten, composição de custo 25 miligramas, dois (*Ininteligível*) de 14 comprimidos.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Veja, nessas despesas comerciais estão embutidas a publicidade, que chamamos de publicidade-propaganda, e aí seria esse custo seria de 0,0084%, promoção médica, 2,6%, salário de representantes, 4,6%, amostras grátis, 1,3%, distribuição, 1% e outras despesas que chamamos de outras despesas comerciais — **marketing**, administração de vendas etc. — 4,4%. Essa é a composição que eu tenho.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Totalizando...?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Quinze por cento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, eu queria que esse documento fosse aqui entregue à CPI, porque o que eu tenho aqui de oficial da CPI é 26,9%.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Com licença, Sr. Presidente, Sr. Deputado, esse documento já foi entregue à CPI, já foi protocolizado, nos foi solicitado de acordo com uma planilha preparada pela própria CPI encaminhada a nós e nós já apresentamos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Tá bom. Então, vamos investigar isso. Por último, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu realmente penso que esse documento... nós pedimos a todos eles a planilha de custo e eu acho que... não sei se V.Exa. é o mesmo, mas nós temos uma cópia de um documento e esse realmente as despesas comerciais são surpreendentemente baixas, são 15%. Creio que...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria depois... Nós vamos ter que investigar isso, Presidente, porque existem dois documentos, um com 26,9 e outro... Esse documento é da Bristol. Agora vamos saber que mudança de planilha é essa. Agora, eu queria o Laboratório Boehringer. Eu estou aqui com alguns dados. Dr. Marcelo, por favor... Eu estou aqui com alguns dados do Banco Central e queria saber, em 95, 96, 97, aconteceu alguma remessa, alguma transferência de tecnologia, remessas através de transferência de tecnologia do Laboratório Boehringer?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não que eu conheço. Que tipo de remessa de tecnologia, por favor?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O título aqui do Banco Central, do Departamento de Capitais Estrangeiros, é Transferência de Tecnologias. Remessas. As empresas do setor farmacêutico brasileiras que remeteram remessas... que fizeram remessas para o exterior através da rubrica "Transferência de Tecnologia".

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Isso... não tenho todos os detalhes, mas isso pode vir em decorrência dos investimentos na fábrica e alguma assistência técnica que venha com a importação de algum... de algum componente na... das medidas das máquinas. Acredito eu. Não tenho aqui como responder explicitamente, mas eu acredito que deve ser isso.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas, o senhor... o senhor é Diretor financeiro, não é isso?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - O senhor... Aconteceu, já, em algum ano, remessa através de "Transferência de Tecnologia" da empresa Bristol para a Boehringer?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Para esse... para esse tipo de serviço, ou seja, no que tange à... à... instalação de máquinas novas na nossa fábrica, sim. É... nós pedimos para os fornecedores essas máquinas, é... nos auxiliarem na... na... auxiliar na... na instalação delas e na...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Mas não sabe precisar quanto, né?

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Não, não posso, não tenho esses dados aqui. Posso passar essa informação...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Passe, passe, Dr. Marcelo. Nós queremos dos anos 95 até 99, por favor.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Perfeito. Até 99?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É, até 99. Por favor, eu queria só a última, Presidente, pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A última?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Veja bem, a última pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - É um... é um antibiótico mais, dos mais comum do Brasil, chamado Ampicilina, 500 mg. A Bayer tem um medicamento de marca muito conhecido no Brasil, chamado Binotal, que é a Ampicilina, cuja marca da Bayer é Binotal. Essa cápsula, uma cápsula, uma caixa com doze cápsulas custa 13 reais e 80 centavos. Uma cápsula custa 1 real e 15 centavos. Essa mesma cápsula, Sr. Presidente, fabricada pela Fundação Oswaldo Cruz, a FIOCRUZ, e fabricado também por outro laboratório público, ela custa... chega a custar nove vezes mais barato. Então, isso dá uma dimensão para onde esse dinheiro, né, quando a marca... por isso é que esses laboratórios se reuniram e foram ao Faustão, ao Gugu, foram a todos os locais para garantir que fosse vendido Binotal e nunca Ampicilina. É porque eles chegam a lucrar nove vezes com o mesmo princípio ativo, com a mesma embalagem. E isso é o que, é o que se chama extorsão ao povo brasileiro. Isso é um verdadeiro crime que se faz nesse País. Portanto, quem combate o genérico, tá fazendo essa prática aqui. E aí não... dizer que não tem o conhecimento, como foi dito aqui, me parece pelo Dr. Marcelo, que, ingenuamente, alguém foi a... a... a uma reunião, Presidente... Sinceramente, é uma afronta a nossas inteligências aqui, afronta àqueles que estão a... a não ter medicamento, e acredito que, dessa forma, nós teremos que responder à altura esses laboratórios que estão a fazer essa prática no Brasil.

O SR. JAVIER CANTARELL - Sr. Presidente, posso fazer uma declaração a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor deseja responder? Pois não. Se deseja fazer algum comentário, tem V.Exa. a palavra. Asseguro a palavra a V.Exa.

O SR. JAVIER CANTARELL - Um comentário. Somente comentar que o Binotal que o Deputado mencionou é, efetivamente, um produto nosso, da Bayer. Tem aproximadamente 45 similares, entre similares e genéricos, uns 45 no mercado, e nós somos dos dez mais baratos no mercado, ou seja, dos similares e genéricos — há um genérico só, os demais são similares —, somos... 35 são mais caros que o nosso. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Obrigado, Deputado. Tem a palavra o penúltimo orador inscrito, porque o último sou eu. Deputado José Ronaldo. Ausentes os Deputados Iris Simões e Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. expositores e Srs. Deputados, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete... Sete representantes de laboratórios na mesa e apenas um, o Abbott, afirma, categoricamente, que produz quatorze produtos genéricos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, vai produzir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Vai produzir, não está produzindo, vai produzir. Os outros afirmam que não produzem. Nos países de origem dos laboratórios, na América do Norte ou na Europa, na sede do laboratório dos senhores, os laboratórios produzem lá os remédios genéricos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que produz genéricos nos outros países e não está produzindo aqui, não tem decisão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Ou se não produzem lá também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quem é que tem nessa situação? Quem está nessa situação tem a palavra.

O SR. JAVIER CANTARELL - A Bayer tem produção de alguns genéricos em alguns países.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - No Brasil, não?

O SR. JAVIER CANTARELL - No Brasil, não. Concretamente, são... acho são quatro países... são quatro países ou cinco que têm produção de genéricos, uma quantidade muito pequena e realmente pouco significativa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - E essa quantidade pequena que os senhores produzem nos outros países, por que não produzem também no Brasil?

O SR. JAVIER CANTARELL - Por enquanto, a lei é muito recente, e não descartamos não produzir no Brasil, só que precisamos analisar mais a fundo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - No caso, o Eli Lilly não produz em outro país?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - A nossa empresa é uma empresa de pesquisa, é uma empresa inovadora, é uma empresa que procura novas moléculas. Eu não tenho ciência da produção em outros países.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - E, aproveitando que o senhor está com a palavra, eu quero perguntar ao senhor o seguinte: o Eli Lilly produz um... tem um produto muito conhecido no Brasil, muito vendido, em todos os locais se encontram esse produto, o Merthiolate, é do laboratório Eli Lilly, confere?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Os senhores vendiam esses produtos, até recentemente, com 18% de desconto no mercado, confere?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Eu não tenho informação com relação a esse percentual, mas alguns produtos, eles são objeto de desconto, sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sim, o senhor não tem referência à questão do percentual?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Exato.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Bom, sobre este produto, por que o Eli Lilly deixou de vender diretamente esse produto e passou as suas vendas para um laboratório outro, o Aché.

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Bom, a base foi exatamente uma parceria com o laboratório nacional. Ele tem uma força de venda muito mais atuante em termos de quantidade de pessoas que atinge o Brasil como um todo, e essa decisão foi uma decisão puramente estratégica da empresa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Estratégica. Pois bem. Os senhores vendiam esse produto, antes, quando os senhores mesmo vendiam, com 18% de desconto. Todas as vendas do Eli Lilly, quando era feita à população, diretamente à população, eram feitas com 18% de desconto. Quando os senhores passaram isso pra ser vendido por um outro laboratório, extremamente estranho isso, né, extremamente estranho, talvez para usar a forma mais agressiva de venda do Aché... o Aché não tá... não passou esse desconto para o consumidor, só está passando 12%, 12%. Portanto, com o lucro de 6%, que não chega ao consumidor, fica para um outro laboratório, o Aché. E sobre essa questão, os senhores aí, depois que o Aché começou a vender esse produto, muito popular no País, de um uso realmente muito grande, os senhores diminuíram o desconto de 18 para 15%. O senhor disse que não sabe o termo de percentual. Pois bem, é estes os dados que nós temos, que chegou às nossas mãos através de uma informação, de um (*ininteligível*), de um cidadão que até não faz questão de se esconder, se necessário divulgaremos, entregaremos inclusive ao Relator da CPI essas informações amanhã, porque tem outras indicações a serem feitas a outros laboratórios, mas sobre o Eli Lilly existe um outro produto, não é só Merthiolate, não, existe um outro produto chamado, um remédio, Drinisson... Drenison... Drenison... Drenison que, com a mesma... nas mesmas condições, eram vendido

pelo Eli Lilly estranhamente e apenas buscando mais lucros e mais lucros e mais lucros com a venda, vendendo e vendendo e vendendo mais, mas estranhamente isto... esse desconto não foi para o consumidor. Mas não é estranho isso pra mim. Não é estranho pelo que eu estou ouvindo aqui esta tarde de todos os laboratórios. E pergunto, e pergunto mesmo, qual o percentual de aumento, aí vou perguntar individualmente a cada um. Gostaria, Sr. Presidente, que fosse respondido individualmente por cada representante de laboratório, qual o percentual de aumento do Eli Lilly, da Bayer, da Akzo, da Abbott, da Boehringer, da Bristol e da Aventis, o percentual de aumento dos seus produtos, dos seus remédios de 95 até a presente data?

O SR. JOÃO AUGUSTO M. DE VASCONCELLOS - Em relação à Eli Lilly, o percentual médio de aumento foi 62%, considerando uma inflação no período de 93%, medida pelo IGPM.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - A Bayer.

O SR. JAVIER CANTARELL - No caso da Bayer, foi, é... na média, 78% de aumento desde agosto/94 até a data. Eu não tenho os dados aqui comigo. Posso mandar a você. Eu sei que pesquisa UNICAMP, mas não é período total, é... fiz uma aumentação em linha com a inflação, mas eu posso mandar todos os... esses dados especificados a você.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Pois não.

O SR. MARCELO MOOJEN EPPERLEIN - Eu também faço o mesmo comentário. Me comprometo em 48 horas mandar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Para a Boehringer foi um aumento de 74%? E a Bristol?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - O que eu tenho aqui, Sr. Deputado, é o que eu já mencionei anteriormente, o aumento médio no período de 95/98, que foi divulgado pelo instituto da UNICAMP pra uma inflação de 39,53%, o aumento médio de preços de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Qual ano... o ano que o senhor citou?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - 95 a 98.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - A inflação de...?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Medida pela FIPE, foi de 39,53%

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Pela FIPE, 39,52%. Sim.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - O aumento foi de 22,82%, o aumento médio de preços;

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Dos laboratórios da Bristol.

O SR. CARLOS BARA - Eu tenho informações aqui de 94 a 99, não tenho de 95. Em geral, os aumentos foram de acordo com os índices de inflação e também de desvalorização cambial, uma vez que a nossa linha é importada. Eu posso dizer que a maioria dos produtos ficou em linha, e inclusive alguns ficaram abaixo do... do... do índice.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Veja, Sr. Presidente, o representante da Bristol, de acordo, usando um dado oficial — ele deu o nome de quem forneceu o índice de inflação do período —, ele nos apresentou um dado de aproximada... aproximadamente 35% da inflação, e o laboratório dele aumentou, em média, 22%. Na mesma mesa, Sr. Presidente, um outro representante, de outros laboratórios, nos apresenta, segundo dados também fornecidos ao laboratório por órgão oficial — eu não sei —, uma inflação aí em torno de 70%, 74, 75, no qual o medicamento dele aumentou 74%. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos acompanhado, e esta CPI tem recebido inúmeras denúncias em pesquisas feitas por... por institutos, por representações, tipo do... é... dos Conselhos de Farmácia do Distrito Federal, e temos mandado informações de aumentos até de 300% em alguns medicamentos. V.Exa., Sr. Presidente, tem sido um defensor intransigente e que cita sempre como exemplo o remédio Captopril, Captopren, que foi citado aqui pelo nobre Deputado Sérgio Novais. E o laboratório Bristol vem e apresenta uma informação e nos encaminha uma planilha de custo desses medicamentos. Pois bem, Sr. Presidente, tirando todas essas questões de impostos, tirando todas essas questões de... de... de despesas outras, que, é claro, um laboratório oficial não tem, nós encontramos um custo para a fabricação desse remédio de 6,53%, seis reais e cinquenta e três centavos, enquanto, na Bristol, de 18 reais e 7 reais, e sete centavos. E se aplicarmos a porta... a Portaria nº 37 para formarmos o preço de venda ao consumidor, teríamos, respectivamente, 25,81 e 9,33, o que significa uma redução de 64% no preço de venda ao consumidor, 64%. Então, Sr. Presidente, eu fico realmente sem entender. Vejo claramente, aqui, hoje, nesta reunião, importante pelo debate que estamos aqui de termos com esses representantes dos laboratórios, os mais importantes do País, que há realmente uma necessidade urgente de mudança nessa questão da política governamental na questão de

preços de medicamentos. Não a questão de controle, mas de irmos realmente bem mais fundo na apuração dessas questões, dessas diferenças absurdas que existe de um medicamento da mesma marca, com outro de um laboratório para o outro. E aqui não é o meu depoimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o depoimento do laboratório Bayer, que, ao responder a uma indagação do Deputado Sérgio Novais, ele diz, falando de Ampicilina, ele diz o seguinte: "Sr. Presidente," — fez questão até de perguntar sem ser provocado — "Sr. Presidente, o produto do meu laboratório, existe 35 ou 38 no mercado, o meu é o terceiro mais barato." Ora, com a mesma substância, com o mesmo objetivo, o mesmo efeito. Sr. Presidente, é preciso realmente que haja uma transformação dessa questão. É preciso que a gente busque isso. É preciso que laboratórios que trabalham neste País e que tenham realmente obrigação de trabalhar com genéricos numa condição que o Governo deve impor. Para concluir, Sr. Presidente, quero encaminhar ao Relator, nobre Deputado Ney Lopes, e a V.Exa. e a Mesa um documento que recebi da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, Sr. Presidente, um relatório de investigação fiscal, que foi feito umas apurações com algumas irregularidades fiscais cometidas, com algumas fraudes fiscais comprovadas. E aqui encaminho todas... da documentação, documento oficial da Secretaria da Fazenda da Bahia, que encontrou essa fraude fiscal entre alguns laboratórios e algumas distribuidoras no Estado da Bahia. Eu encaminho isso ao Sr. Relator, pedindo a V.Exa. que se aprofunde. E me coloco inteiramente à disposição, não só eu, como a própria Secretaria, pra discutir com V.Exa. e a Comissão a respeito dessas denúncias que encaminhamos aqui de fraude fiscal de alguns laboratórios com alguns distribuidores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Tô escalado para... é... in... interpelar os depoentes. Não tô fazendo funcionar esse negócio direito aqui. Eu quero marcar o tempo, entendeu? Vou começar aqui... não sei... Veja, pra mim, eu não sei marcar. Sou bom pra marcar pros outros. Só pros outros, não é, entendeu? Também. Olha... o... o... eu queria... eu queria é... dizer aos nobres depoentes o primei... o seguinte: Eu tenho aqui, como Presidente, a obrigação clara de obedecer ao Regimento e assegurar aos depoentes o respeito que tiveram de todos os Deputados. E a recíproca é verdadeira. Agora, que eu sou parte nesta CPI, sou, porque sou o autor. Tenho o maior interesse em que ela chegue a um bom resultado. E, aliás, quero me

congratular, porque vi que os senhores também tão interessados que ela chegue a um bom resultado. Primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: o... Eu tenho dois dados aqui: um dado, tomando o ano 90/98 e um outro que não tenho aqui. Mas eu vou tomar esse de... de 90/98, da evolução dos preços, e esse dado é da ABIFARMA. E o faturamento dos laboratórios, em 90, foi de 3 bilhões e 400 milhões e, em 98, de 10 bilhões e 300 milhões. O preço do produto de uma unidade foi de 2,30, em 90, e passou pra 6,40 em 98. Enquanto isso — tudo em dólar —, enquanto isso, as unidades vendidas, os remédios vendidos passaram de 1 bilhão e 500 mil — e 500 milhões — pra 1 bilhão e 600 milhões. Portanto, o faturamento aumentou 300%, foi para 302%, o preço por unidade foi pra 284%. Todavia, as unidades vendidas aumentaram em apenas 6%. Eu queria que os senhores me dessem uma explicação sobre este fato. Se tudo, no País, de um modo geral, diminuiu de preço. Diminuiu de preço o automóvel, diminuiu de preço o celular, diminuiu de preços os eletrodomésticos, diminuiu de preço o arroz, a batata, a tecnologia, a globalização, de um modo geral reduziu o... o cesto básico. Só o cesto básico do remédio que triplicou de preço e continua vendendo a mesma coisa. Queria que os senhores me dessem uma explicação sobre isso. É possível? Hein? Não, o Sérgio não. Eu tô pedindo ao pessoal da Mesa. Pode ser o Dr... Não sei. Pela ordem, como quiser, entendeu? Sinteticamente, uma... uma resposta pra isso, porque eu não compreendo isso.

O SR. JAVIER CANTARELL - Sr. Presidente, há várias explicações, mas acho que uma é importante. É a posologia dos remédios, ou seja, o número de comprimidos que você tem que tomar para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor pode me mandar, pra início de conversa, então, o senhor me mandar aqueles em que aumentou o número e por isso aumentou o preço.

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, não. Antigamente, por exemplo, um antibiótico... você... somente precisava tomar quatro comprimidos ao dia desse medicamento. Hoje, existe no mercado antibióticos que com um toma ao dia você consegue o mesmo efeito

em um tratamento bem mais curto. No caso, por exemplo, de hipertensão e doenças cardiovasculares é exatamente a mesma coisa. Precisava-se tomar três comprimidos/dia e agora temos a maioria dos anti-hipertensivos, vários deles, que,

com um comprimido ao dia, é suficiente. Então, isso faz, com certeza, uma redução importantíssima no número de unidades consumidas. Essa é uma das explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E tem também aquele remédio que a gente põe uma coisinha a mais e aumenta, como um remédio pra vista, que a gente põe plus, e duplica, e triplica de preço.

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, não. Na realidade, Presidente, são novas tecnologias, e a investigação vai nesse sentido também, que é facilitar a vida do paciente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Há medicamentos que voltam com um nome novo e com... e preço novo. Mas o... sais são os mesmos.

O SR. JAVIER CANTARELL - Não, isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho informação. Tenho depoimentos aqui nesse sentido.

O SR. JAVIER CANTARELL - Não seria o caso nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem, mas é uma informação que o senhor tá nos dando. Tem mais alguém que deseja? (Pausa.) Bom, se ninguém ficar... quiser responder, tá respondido. Eu vou em frente. O... (Pausa.) Eu queria saber o seguinte: alguns dos laboratórios presentes foi punido por algum órgão de Governo, nos últimos dez anos, por prática de preços? (Pausa.) Dos presentes? (Pausa.) Nenhum. Alguns dos laboratórios presentes foi instado a re... rebaixar o preço depois de ter apresentado a planilha de custo na Secretaria de Acompanhamento Econômico? (Pausa.) Ninguém. Bom, as respostas. O... os senhores conhecem, além dos Estados Unidos, um outro país que pratique a liberdade de preços que o Brasil pratica? Podiam citar? (Pausa.) Também não, não é? O... não há nenhum país.

O SR. CARLOS BARA - Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. CARLOS BARA - Aqui vale a pena esclarecer que... é... na realidade, nos países da Europa, existe um sistema um pouco complicado de explicar, porque tem uma intervenção do Governo pras compras públicas, mas os preços, em geral, são livres lá. Só queria lembrar isso. E tem outras categorias de produtos, como produtos populares também, onde os preços são livres em quase todos os países.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, só para auxiliar. Lá tem a política do reembolso, na Europa. Pode ser livre, mas, pra depois praticar um

determinado preço, tem que negociar com o Governo, porque senão não há reembolso. E se não tiver na lista de reembolso, dificilmente os médicos prescrevem. Também acho que isso é importante aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. O... na verdade, nada se parece como o Brasil, entendeu? Nada se parece com o Brasil. E eu gostaria de saber: quando há o superfaturamento, como, no caso, por exemplo, do Bristol... Nós temos uma informação aí, dada por ele mesmo, de um medicamento que foi importado... Acho que nós vamos voltar ao Captopril, não é? Foi importado por 4.500 reais o quilo, quando, no comércio, esse preço varia de 100 a 200 dólares o quilo. E... e já não aceito a explicação de que essa matéria-prima não é boa, porque esses preços são de produtos importados pela Far-Manguinhos, pelo Hospital de Clínicas de São Paulo, das Clínicas, de São Paulo, pela FURP. Portanto, esses laboratórios me merecem também fé. É... digamos... esse preço é transferido pro consumidor. Eu chegaria a um cálculo, por exemplo, que, se esse preço viesse pra... pra... pro preço normal de comércio internacional, o preço de consumidor seria um terço. Eu queria perguntar ao Bristol como é que ele justifica isso diante da... do consumidor brasileiro.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Sr. Presidente, o... a explicação que nós temos a esta... esta Comissão é aquela que já foi ouvida por alguns. Quer dizer, nós falamos no preço, mas, na verdade, o que está embutido aí é o valor da... da matéria-prima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - É... se hoje existem... se hoje existem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas qual é a diferença de preço e valor da matéria-prima? Eu tô fazendo alguma confusão?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu permito, sim. Claro, lógico.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Gostaria só de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tô louco pra me esclarecer.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ... de explicar. Nós somos os descobridores da matéria-prima. Essa matéria-prima vem com ela, embutida — não é? —, toda a tecnologia do produto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Foi... aliás, foi no Brasil que foi descoberto o Captopril, não é?.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós temos... nós temos fontes mundiais de abastecimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Mas me confirme: foi no Brasil que se descobriu o Captopril, né? Foi de uma... de uma jararaca.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Foi um médico brasileiro

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - E foi desenvolvido... é... foi desenvolvido em conjunto com a... a empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -O Brasil não mereceria não um abatimentozinho?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu posso... eu posso... eu tenho....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Porque merece. O problema é esse plus.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu tenho um dado comparativo que eu posso passar a V.Exa.. É... se nós... se nós compararmos o preço da dose para o consumidor entre... Pegamos aqui quatro países; pagamos Brasil, México, França e Estados Unidos. Nos Estados Unidos, o preço da dose para o consumidor é de 93 centavos; no México, 60 centavos; no Brasil, 37 centavos; e, na França, 36 centavos. Esse é um dado que está disponível. Posso passar a V.Exa., não é? Apesar da fonte mundial de suprimento, existe um parâmetro de... de acordo com o mercado, de acordo com o local onde ele é dirigido, com os custos etc. Existe uma diferença de preço aplicada em cada mercado. Então, o mercado americano, 93 centavos; o mexicano, 60 centavos; o brasileiro, 37 centavos; e o mercado francês, 36. Estou falando de preço de dose para o consumidor. Esse é o dado que nós... nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Bom, mas, dentro disso, eu gostaria de perguntar ainda pro senhor o seguinte, sem querer cobrar do senhor essa informação de que o senhor pode comprar esse... esse remédio bem mais barato e poderia abaixar mais ainda no Brasil, que são essas fontes desses laboratórios que não pagam 4.500. O senhor paga 4.500 e vende seu produto por 18, quando, se baixasse, podia vender por seis e pouco, só em matéria-prima. Já não discuto as outras despesas indiretas no custo da planilha que o senhor mesmo

nos mandou. E eu podia dizer pro senhor, em oposição aos dados que o senhor acaba de dizer, que houve um laboratório, que não é nenhum dos senhores aqui, que, num determinado dia, vendeu esse Captopril, na cidade de Sorocaba, por 3,50. Uns dias depois — não sei se trinta ou coisa pareci... —, 4,80; depois, 8,50; depois, 11,80. Me consta que estaria 15 esse remédio. O senhor acha normal que, em noventa dias, um laboratório erga um produto seu em 330%? O senhor... o senhor, que não é o caso do seu laboratório...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Veja, eu não... eu não posso responder pelo laboratório que está fazendo isso, não é? O que eu queria colocar a V.Exa. é que esse... esse...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Hein? Não, não, esse é um outro laboratório que não é o dele, é pro... produzido por outro laboratório. Mas, como todo mundo tá produzindo a mesma coisa, eu quero que ele me responda se... se é possível fazer. Eu quero que ele me responda.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu não sei lhe dizer. Eu... eu precisaria examinar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Mas o senhor não fabrica... o senhor não fabrica Captopril?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós fabricamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -O senhor fabrica Captopril?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Fabricamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Então, o senhor não sabe me dizer, não sabe me responder isso?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, eu não sei. Eu não posso falar por outro laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -Mas o senhor não tem uma experiência pra me dizer se dava pra fazer isso ou não?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu, como Diretor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -O senhor não poderia fazer?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu, como Diretor Jurídico, não tenho, Excelência. O senhor me perdoe. Eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Será que nós devemos eliminar os advogados aqui, pra eles não saírem com essa pergunta de não saber responder essas perguntas? Se os senhores vêm pra cá, numa CPI que trata de preço de medicamento, e... e nós pedimos planilha e tudo o mais, como é que o senhor não sabe me explicar uma planilha?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, eu sei... eu sei lhe dizer pelo meu laboratório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas pro seu laboratório pode vender isso ou não pode?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Eu não sei lhe responder. Eu não sei... eu não sei a fonte, eu não sei de onde esse laboratório compra pra poder vender, não conheço a qualidade do... da...
sobre a qual nós estamos falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas o senhor poderia, com o seu produto...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Seria temerário, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor poderia?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ...perante a Comissão, perante a seriedade que a Comissão tem, eu manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, eu só lamento...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ...uma opinião que seria uma opinião pessoal, não é? Sem um fundamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas não é pessoal, é uma experiência empresarial que o senhor tem. O senhor é um empresário do ramo, bem-sucedido, vitorioso, com lucros, o senhor não sabe me equacionar de chofre isso? Eu saberia dizer pro senhor, eu saberia dizer pro senhor que o senhor pode vender isso. Sabe por que que eu posso dizer? Porque esse mesmo laboratório me mandou uma planilha em que ele pode vender a menos do que isso aqui. Esse mesmo laboratório. E o senhor deve saber isso. Aí, eu fui na Far-Manguinhos, e a Far-Manguinhos reproduz esse medicamento por 0,60. E pode colocar no comércio por 2,40 com lucro de laboratório, custos todos, impostos todos, por 2,40, e lucro da farmácia de 30% consegue colocar lá. O senhor veja que eu que não sou nada — também sou advogado, mas não respondo por laboratório, não ganho por laboratório — sei responder pro senhor. Então, eu queria, eu pego...

porque, no geral, a gente também tem, mas, no particular, nós temos esses exemplos a... todos os dias, todos os dias nós temos isso. Nós temos o exemplo da Ampicilina. Foi citado **en passant** aqui, se consegue produzir por 1 real, 1,20 real com todos os custos, e no comércio chega a 15. Então, não dá pra fazer medicina preventiva, tem que hospitalizar, pra indústria da doença, porque lá o raio do doente com pneumonia vai receber. Quer dizer, é isso que eu tô.. quer dizer, por que tanto lucro assim? Que que nós temos que fazer pra acabar com esse lucro tão grande? Porque veja, Captopril não tem mais pesquisa. Tem mais pesquisa não, é de conhecimento do público. Aqui não há pesquisa mais nenhuma. É pegar e fazer, é pegar e fazer. Como é que nós não fazemos isso?

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - O senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Permito. Se o senhor puder falar, eu até... tô só provocando o senhor pra falar sobre... só tô fazendo provocação, pra ver se o senhor fala.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Nós não podemos esquecer que qualquer produto dentro de uma empresa ele contribui para o objetivo da empresa. Se o objetivo da empresa é uma empresa de pesquisa, o medicamento pode até, como V.Exa. menciona, não ter a pesquisa por já estar há muito tempo no mercado. Nós... eu posso lhe adiantar, e posso lhe mandar o seguinte: o Capoten, recentemente, tem tido pesquisa, estudos... não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas esse já foi lá pra cima. Eu nem falei nesse, nem falei nesse pra não...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, não... eu tô... eu estou apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Capoten está bem acima desse preço.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Veja: mesmo que ele não tenha, ou mesmo que algum produto já esteja há muito tempo no mercado e não tenha, ele tem uma contribuição pra pesquisa de novos produtos e para o aperfeiçoamento de produtos já existentes. Então, o que nós não podemos considerar, apesar dos dados apresentados por V.Exa., é que nós tenhamos um produto estanque e que deva ser considerado de forma estanque. Ele está dentro de um conjunto, ele tem uma contribuição, não é? Com relação ao preço da importação da matéria-prima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor não acha que isso justifica qualquer aumento dentro dessa... porque eu tô situando, eu sei, o

senhor vai me dizer: tem um produto melhor e pior. Mas veja: todos os produtos que vendem — e eu podia citar todos do seu laboratório aqui, todos, com a inflação de 65 —, o senhor tem um monte de medicamentos que subiram de 100 pra cima, e alguns de 200, mas no período que a inflação foi 65. Isso é dado da Secretaria de Acompanhamento Econômico. Quer dizer, nos outros também o senhor também tá fazendo a mesma coisa. E, olha, quando eu digo pro senhor, eu tô mais ou menos — se ninguém se ofender — tô dizendo de todos aqui, viu? O senhor é que tá respondendo porque entramos no Captopril. O senhor diz que não. Então, vou lhe dar a palavra logo depois. Não, não, não, posso continuar, entendeu? Não é... Mas, eu...

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - São esclarecimentos que eu gostaria de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, prossiga, prossiga.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - ...e que devem ser considerados, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu tô considerando. Só faço a pergunta ao senhor se o senhor pode erguer num preço, esse preço tão alto, a pretexto do conjunto, e se eu disser pro senhor que, no Capoten, o senhor já tirou toda a pesquisa. O senhor já teve uma margem de lucro pra remunerar toda a pesquisa no Capoten, e o Captopril é o sal que todo mundo tá usando, quer dizer, eu... eu não tô entendendo esse preço, o senhor sabe? É isso, mas o senhor... o senhor prossiga.

O SR. WALTER RICCA JÚNIOR - Não, não, apenas um esclarecimento, quer dizer, ele não reverte apenas para pesquisa própria. Ele reverte para a pesquisa de novos medicamentos e novas terapias. Nós mandamos, inclusive, uma planilha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sérgio não faz as perguntas quando eu dou tempo, depois vem cá e quer que eu faça pra ele, entendeu? Não é? O... não, o Sérgio tá trazendo aqui, eu vou citar, que o Capoten, da Bristol, por exemplo, de 50 miligramas, dezesseis comprimidos, custa 29 reais. É o preço aqui nesse livro aqui, nesta revista aqui, Dicionário de Medicamentos Genéricos, Genéricos e Amid(?). Aliás, não tem muito genérico ainda, né? E o Captopril, de 50, da Fiocruz, de 50 mg também, com 500 comprimidos, custa 17. Quer dizer, um com dezesseis custa 29 e um com 500 custa 17. Nessa publicação

aqui, entendeu? Nessa revista. Ou a revista não merece crédito, tem alguma coisa. O laboratório nos informa que esse é um custo que ele tem. Mas esse é um dado que o Sérgio queria que eu colocasse e eu tô colocando. Se depois o senhor tiver uma explicação pra isso ou se quiser dar também, entendeu? Não é? Viu, Doutor, mas...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dicionário e preço, né? Que tem os preços aqui, entendeu, tá? Com o fim de inflação no Brasil dá pra acompanhar mais. Quando tinha inflação, era um horror. A gente nunca conseguia acompanhar. O senhor queria falar, Doutor?

O SR. CARLOS BARA - Sr. Deputado Nelson Marchezan, eu só gostaria de dizer que algumas afirmações que são feitas nesse plenário... eu gostaria de dizer que a empresa que eu represento não se aplica, porque a gente vende...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, eu quero realmente que o senhor diga o que que o senhor não concorda com isso, o que que o senhor concorda. Eu agradeço muito se o senhor puder...

O SR. CARLOS BARA - Os produtos de biotecnologia, os produtos que nós vendemos no Brasil não ocorrem isso. Só gostaria de registrar, porque muitas vezes dá a impressão que esse problema de marca e genéricos ocorre com toda a indústria e com todas as empresas. Eu diria ao senhor que varia de caso a caso, de empresa pra empresa e de sal pra sal. Eu tô só agregando pro senhor que vale a pena analisar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. Eu... eu... eu ainda queria registrar o seguinte: quando houve aquela reunião em São Paulo e depois houve aquela reunião que a ABIFARMA patrocinou, aquele problema, os senhores todos que estão aqui, exceto o senhor, se posicionaram, de um modo geral, ou para aquela ata, ou pelo patrocínio da ABIFARMA contra os genéricos. Hoje, eu vi aqui, do representante do Laboratório Abbott, uma revisão da sua posição. Não foram só os senhores, foram todos os outros laboratórios, porque a mim passa a impressão que tava muito bom sem genérico no Brasil. Por quê? Porque tinha o nome de marca e tinha o similar, e o similar qualquer um podia fazer, tavam lá em cima, acima do preço de marca. Então, nem os fabricantes de nome de marca, nem os fabricantes de genéricos, de... de similares tinham interesse no genérico. Aliás, isso me foi expresso claramente, entendeu, por alguns

laboratórios. Não precisava pagar exame de biodiversidade, não precisava pagar nada. E esse negócio ia subindo tudo, mais ou menos assim. A pergunta é essa: como é que os senhores combinavam pra fazer esses aumentos bem escalonadinho assim, sem muita diferença? Como é que havia esse entendimento? Era só vendo como o outro, havia alguma reunião? Essa reunião do... de São Paulo foi uma única reunião que aconteceu ou foi a única que teve ata? (Pausa.) Nada a dizer? Nada a dizer? Então, vou fazer uma pergunta pros senhores, que vão ter que me dizer alguma coisa. Nós tivemos congelamento no País. Os senhores não gostam. Nós tivemos tabelamento. Os senhores não gostam. Nós tivemos... estamos tendo uma tal de acompanhamento. Como é que é?

(Não identificado) - Monitoramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Monitoramento.

Que monitoramento e nada, em matéria de preços, ao que sei, é a mesma coisa. Sei que o poder... o Ministro da Fazenda tem o direito, através da sua Secretaria, de chamá-los lá e dizer assim: não me aumenta agora, etc, etc, mas se os senhores aumentarem, não acontece nada, porque mesmo naqueles casos em que a Secretaria de Acompanhamento Econômico remeteu planilhas que considerou abusivas para o CADE, o CADE diz que não tinha como punir nenhum laboratório. E vejam, senhores, eu não tô inquinando todos da mesma coisa, mas em todo segmento da sociedade sempre há um sujeito. De vez em quando, é a Volkswagen que ergue demais, de vez em quando é a **General Motors**, não sei quê, e daí a pouco... e etc, etc, e há uma reprimenda e uma punição. Quer dizer, não houve nenhuma punição. Então, há no Brasil aquilo que está havendo nos Estados Unidos. Só um esclarecimento. As informações que chegam dos Estados Unidos... que agora o Congresso americano tá se dando conta que no Canadá os preços estão um pouco mais que a metade dos Estados Unidos. Então, eles querem saber como é que os laboratórios produzem o medicamento bem mais barato lá e na Europa do que nos Estados Unidos, que é a pátria da livre concorrência. Então, a livre competição nos Estados Unidos não tá produzindo remédios baratos, não tá produzindo remédios baratos. Então, eu pergunto aos senhores: congelamento não serve, tabelamento não serve, o acompanhamento econômico, pra nós, não serve também, porque nós eliminamos 60 milhões de brasileiros desse mercado. Os senhores não estão mais produzindo medicamento pra esses 60 milhões. Foi dito aqui pela ABIFARMA, isso... alto e bom som, aqui. Que tipo, que tipo de

fiscalização do Poder Público que os senhores acham que pode respeitar a liberdade de os senhores de produzirem, investirem e de preservar o direito do cidadão de não serem, por cartelização, por combinação, por monopolização — digamos —, pagarem o preço acima daquilo que nós consideramos alto, comparado com os custos da planilha de custo, comparado com alguma coisa, entendeu? Eu queria que o senhor dissesse que que os senhores acham que nós deveríamos fazer, que o Relator deveria propor, entendeu, que o Governo devia fazer pra que a gente tivesse uma forma de intervenção quando houvesse o abuso econômico? Quero ouvir sugestões.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - *(Fora do microfone)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Claro.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - *(Fora do microfone)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O senhor não me ouviu. A legislação em dez anos não puniu ninguém, não puniu ninguém.

(Não identificado) - Microfone, microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Doutor, a legislação brasileira não puniu ninguém em dez anos. Os senhores nunca... os senhores sempre praticaram o preço que quiseram. Acabaram de confessar todos aqui, perante toda essa platéia. Sempre fizeram o preço que quiseram.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Nós fizemos um preço que foi consertado em função dos nossos custos, em função do que o Governo, nos seus acompanhamentos, dizia pra gente fazer, na maioria das vezes. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, o senhor acha normal que tenha preço que tenha produzido 500% de aumento, 300, 400. Olha que listas eu tenho aqui. O senhor acha normal três, quatro vezes a inflação? Um aumento real de 60% o senhor acha normal?

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Bom, nós devemos considerar também que a maioria desses custos devem ser relacionados à desvalorização cambial. Então, no ano passado, nós não tivemos inflação, nós tivemos um repasse de custo da desvalorização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu considerei isso aqui. Nós consideramos esses dados aqui. Nós consideramos esses dados. Isso é aumento real, descontado a inflação! E nós constatamos que a matéria-prima no mundo baixou em muitos casos.

O SR. IRAPUAN MAURÍCIO DE OLIVEIRA - Eu não sei responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, se ninguém quiser responder. Tem o doutor lá. Ninguém é obrigado a responder aqui. Os senhores têm ampla liberdade, só que o silêncio, muitas vezes, fala mais que o discurso.

O SR. CARLOS BARA - Doutor Marchezan, eu acho o seguinte: existem muitas coisas que nós podemos fazer como sociedade pra reduzir os preços de medicamentos no Brasil. A primeira delas, que todo mundo sabe, existe umas margens relativamente altas entre atacado e farmácia. Isso é um caminho que nós podemos trilhar, mas não, talvez, por tabelamento. E, seguramente... seguramente, eu acho que o Brasil é um dos poucos países do mundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concorde integralmente com o senhor.

O SR. CARLOS BARA - ... que cobram impostos. O ICMS, UFIS, o COFINS, o FINSOCIAL representam uma carga tributária muito grande que nós temos nos medicamentos. E não existem medicamentos que eu... países que eu conheça que cobram esses impostos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha, eu acho que o senhor deu duas sugestões que eu não posso divergir. Que a distribuição tá ganhando bastante e de que os impostos estão alto e que o varejo também estaria ganhando. Mas, como os senhores, de um modo geral, fixam o preço que querem e daí pra frente os outros que se arrumem, então, é verdade que os senhores estão fora do jogo. Quer dizer, os senhores vão ter que entrar nesse jogo, quer queiram quer não queiram. Vão ter que nos ajudar a baixar o preço dos remédios! Nós não aceitamos isso, compreende? Então, eu... eu tô pedindo sugestões. Ninguém diga que não se lhes pediu sugestões públicas aqui de como resolver esse problema. E os senhores, segundo nos disse claramente a ABIFARMA aqui, têm interesse. Agora, vejam o seguinte: ótimo que nos dêem medicamentos mais baratos para os aposentados, mas nós queremos pra toda a sociedade. Nós estamos aqui querendo pra toda sociedade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, se ninguém tiver mais, eu recebo essa sugestão. Se alguém quiser depois mandar sugestão, os senhores me desculpem que eu faça...

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu já dou a palavra ao Senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Pois não, senhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os senhores me perguntam que eu faça perguntas tão incisivas, porque estas perguntas me vão ser feitas pelos meus colegas, me vão ser feitas pelos jornalistas que estão ali e me vão ser feitas pelos eleitores que acompanham, e pro Brasil, que acompanha esta Comissão. E os senhores são parte disso, entendeu? E têm que nos ajudar nisso. Eu considero a proposta dos aposentados muito pequena para a CPI. É bom, é ótimo, mas nós precisamos avançar mais. De forma que eu deixo essa pergunta. V.Exa. pediu a palavra? Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ RONALDO - Sr. Presidente, aproveitando essa bela, belíssima intervenção de V.Exa. e concluindo esse trabalho, eu quero dizer que, na hora que eu fiz a indagação a todos os laboratórios sobre o percentual de aumento de 95 até o dia de hoje, todos citaram os percentuais. Ninguém ficou com a média superior a 74%. E, logo após que eu concluí a minha intervenção, chegou às minhas mãos, Sr. Presidente, um levantamento feito pela Deputada Vanessa Grazziotin, que mostra, Sr. Presidente, no caso do Akzo, acho que é esse nome mesmo ali. Há medicamentos, Sr. Presidente, que teve aumento de 187%, o dobro do que foi citado pelo representante do laboratório, Sr. Presidente. Mas esse aumento não foi o maior não, Sr. Presidente. Eu pedi a palavra porque eu tomei um susto. Há um produto popular no País, chamado Alcacelzer(?). Aspirina, Sr. Presidente, pois bem. Esse... o Laboratório Bayer, o Alcacelzer(?), aumentou 306%, Sr. Presidente, nesse período; a Aspirina, 144. E da Bristol? Que só aumentou 34%, segundo o seu representante, mas ele é do representante jurídico, né? Ele é da parte jurídica, ele não entende dessa questão, já fez questão de dizer que não entende, mas porque é do jurídico, mas, por ser do jurídico, ele disse aqui, deveria... a responsabilidade é muito maior do jurídico, que o aumento tinha sido de 35% na média, Sr. Presidente, da Bristol. Pois bem, Sr. Presidente, o Omcilon-A Orabase, que é muito conhecido, uma pomada, aumentou 241%. Sr. Presidente, é por isso que o laboratório Bristol saltou de 20, em 95, 20 milhões, pra 80 milhões de lucro em 99, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria agradecer sinceramente a presença aqui do Dr. Irapuan Maurício de Oliveira, representante do laboratório Abbott do Brasil, Dr. Thomas Engelan, Presidente da Akzo Nobel, o Dr. Javier Cantarell, Diretor da Área Farmacêutica e Laboratório Bayer, Dr. Marcelo Moojen Epperlein, da Boehringer, Dr. Walter Ricca Júnior, Diretor de Assuntos Corporativos do Laboratório Bristol-Myers Squibb, Dr. Carlos Bara, Presidente da Aventis Behring ou da Centeon, ou das duas, e o Dr. João Augusto M. de Vasconcellos, Diretor da Eli Lilly do Brasil. Agradecendo também a presença dos Srs. Deputados, da imprensa, de todos que nos têm acompanhado aqui, com suas gratas presenças, quero dizer que amanhã nós estaremos aqui para ouvir, às nove horas da manhã, neste plenário, o Dr. Carlos Felipe, Presidente da Astra Zeneca, o Dr. Alois Metzler, Diretor da Byk Química e Farmacêutica, o Dr. Omilton Visconde Júnior, Presidente do Laboratório Biosintética, Dr. Jorge Romanero, Diretor-Presidente do Laboratório Janssen-Cilag Farmacêutica, Dr. Mário Grieco, Diretor da Searle do Brasil, Dr. Alfred Koch, Presidente da Merck S.A. Indústrias Químicas, e Dr. José Tadeu Alves, Presidente da Merck Sharp & Dohme. Agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta reunião. Muito obrigado.